

# política operária

numero 5

NOVO PLANO COHEN ?

A LUTA IDEOLÓGICA NO BRASIL

COEXISTÊNCIA PACÍFICA  
E LUTA DE CLASSES

## **POLÍTICA OPERARIA**

revista bimensal

N.º 5 - Janeiro-fevereiro, 1963 - Ano III

Diretor Responsável

Luís Alberto Dias Lima

Correspondência:

Caixa Postal 18.185 - São Paulo

Av. Treze de Maio, 23 - Sala 922  
Rio de Janeiro

Av. Afonso Pena, 323 - Sala 7  
Belo Horizonte

## SUMÁRIO

A Grande Oportunidade.....	5
Novo Plano Cohen? .....	7
Os Aventureiros.....	9
O Plebiscito: Um Não às Esquerdas.....	<b>12</b>
<b>J. Pedro Xavier</b>	
A Luta Ideológica no Brasil .....	15
<b>Frederico Vogt</b>	
O Papel das Esquerdas no Brasil .....	22
<b>Luiz Cayo</b>	
Apontamentos sobre a Revolução Brasileira .....	<b>31</b>
<b>A. Pinto</b>	
A Coexistência Pacífica e a Luta de Classes .....	<b>36</b>
<b>Eurico Linhares</b>	
O Dever do Revolucionário e as Divergências entre a China e a URSS.....	41
Salazar e a OTAN .....	46
Argélia: Partido da Revolução Socialista .....	47
Pela União dos Marxistas Revolucionários .....	49
A Revolução Enciclopédica .....	54
<b>SR.</b>	
Subdesenvolvimento e Revolução .....	60
<b>N. C.</b>	
Tipologia Transcendental da Consciência Polarizada .....	61
<b>N. C.</b>	

# A Grande Oportunidade

Decorridos quase dois anos da acidentada experiência do Governo Jânio Quadros, a burguesia continua procurando a melhor forma de realizar o que se propusera naquela ocasião — ajustar a estrutura econômica do país às novas necessidades criadas pelo desenvolvimento industrial e reformular suas relações com o exterior, principalmente com os Estados Unidos. Dois fatos de relevância vieram influenciar, desde então, a configuração do problema: por um lado, o agravamento da situação econômica e financeira, com a redução do ritmo de crescimento da produção, a queda progressiva dos investimentos, o aumento do déficit orçamentário e a marcha ascensional da inflação — tudo isso gerando expectativas sombrias para a economia nacional no corrente ano, sobretudo no segundo semestre; por outro lado, a intervenção decidida do movimento de massas no quadro político brasileiro, estimulada pelas dificuldades materiais crescentes que elas experimentam e pela série de crises políticas dos dois últimos anos, intervenção que ameaçou, por um momento, a burguesia de perder o leme dos acontecimentos.

Dessa maneira, se o malogro da solução bonapartista, tentada através do Governo Jânio Quadros, reforçou os grupos nacionais e estrangeiros vinculados às velhas estruturas semi-coloniais e alarmou a própria burguesia industrial, pelas dificuldades que encontrou para controlar as ações do ex-presidente, os dois fatos

acima referidos vieram tornar mais aguda a necessidade de reformular a economia interna e externa do país — tarefa de realização difícil sem o reforçamento da autoridade governamental e a reunião das várias classes sociais à sua volta, que caracterizam, em última análise, a solução bonapartista. Presa nos termos dessa contradição, a saída encontrada pela burguesia foi manter-se no terreno do bonapartismo institucional, representado pelo sistema presidencialista.

Tal solução revelou-se sobremaneira viável após outubro, em função do descenso que se verificava no movimento de massas (a partir da greve de 14 de setembro) e dos resultados eleitorais que, sem modificar substancialmente o "statu quo" político, reforçaram os contingentes parlamentares da burguesia. Daí por diante, o processo brasileiro, agitado e problemático desde agosto de 61, refluía aos quadros normais da política burguesa e dissiparam-se os receios que a radicalização esquerda-direita suscitara. Nem mesmo a campanha do plebiscito pôde agitar as massas, que permaneceram indiferentes ante uma cartada que, bem o sabiam, não lhes dizia absolutamente respeito.

Foi, assim, possível à burguesia manobrar livremente, visando à consecução de seus objetivos. O chamado Plano Trienal, de racionalização econômica e saneamento financeiro (aí incluída, naturalmente, a contenção dos salários), tem por objetivo armar o Governo dos instrumentos

necessários para enfrentar a crise econômica em perspectiva (crise que reflete, na realidade, o esgotamento da atual fase de desenvolvimento capitalista, só superável pela conquista de mercados e pelo ordenamento de investimentos) assim como dar-lhe condições para negociar, com os Estados Unidos, a revisão de suas relações financeiras e comerciais.

O quadro geral da política brasileira nos mostra, portanto, neste início de ano, a burguesia marchando firme para a concretização de seus fins, ainda que com as modificações táticas que as circunstâncias lhe impuseram. O reforçamento de sua política de classe, envolvendo necessariamente medidas de inegável caráter antipopular, e o estreitamento de suas relações com o imperialismo norte-americano — tais são as grandes linhas de sua atuação, cujo êxito está condicionado à manutenção de sua dominação ideológica e política sobre as massas e, portanto, à subordinação ou à neutralização das forças de esquerda. Ultrapassado o período crítico do desenvolvimento capitalista que atravessamos, estaremos diante de uma burguesia fortalecida e disposta de larga margem de iniciativa, graças ao desafogo da situação econômica que deverá sobrevir.

É neste momento, portanto, quando a burguesia depende mais do que nunca do apoio das massas para consolidar-se no poder, e enfrenta condições que dificultam a obtenção desse apoio, é neste momento que as esquerdas dispõem de magnífica oportunidade para alicerçar sua base popular e desencadear uma luta de classe de vastas proporções, capaz de pôr em xeque a manobra da burguesia. Só o farão, todavia, abandonando os cantos de sereia que esta lhes dirige, recusando toda e qualquer colaboração de classe e lançando as massas em sucessivas batalhas de reivindicação econômica e política. A luta contra a estabilização antipopular, contra as panacéias reformistas, contra o novo compromisso com o imperialismo norte-americano — é nesse quadro geral que a esquerda terá de mover-se, de imediato, sem perder de vista que, nos combates aí travados, o objetivo fundamental é dar às classes trabalhadoras organização e consciência ideológica. Quanto maior for o grau de unificação a que chegar, tanto mais facilmente realizará a esquerda essas tarefas, ao mesmo tempo em que proporcionará às massas a direção revolucionária de que necessitam para conquistar o poder e instaurar o Brasil Socialista.

# NOVO PLANO COHEN?

Nos últimos meses, os órgãos de divulgação da burguesia vêm fazendo um grande alarde em torno de um pretenso "plano de subversão nacional dos comunistas"; o sr. Armando Falcão, conhecido por suas atividades fascistas, foi à televisão para "denunciá-lo em toda a sua extensão". Por toda parte descobrem-se detalhes dessa trama: guerrilhas no interior de Goiás, advogado das Ligas carregando armas pelas estradas do país, à beira das quais encontram-se armas embrulhadas em jornais cubanos (sic), nos destroços dos aviões aparecem cartas em que se contam toda a história dessa subversão, os jornais enchem-se de documentos secretos, relatórios, e os editoriais da imprensa reacionária já acenam com uma repressão nacional aos comunistas e o rompimento com Cuba. Toda esta vasta provocação liderada pela polícia de Lacerda, tendo à frente a figura indigesta de Cecil Borer e todos os conhecidos provocadores da reação.

Diante desses fatos, cabe-nos perguntar quais são as pretensões do grupo direitista, que Lacerda e Falcão representam, ao realizar tais coisas? Em primeiro lugar, trata-se de uma demonstração de força após a derrota plebiscitária, já iminente quando surgiram os documentos e hoje plenamente realizada. Com a guerra psicológica que assusta a opinião pública e os militares anticomunistas, a direita intenta atemorizar os chamados centristas, enfraquecer João Goulart, lançar uma onda reacionária no país e obter o apoio maciço do imperialismo

que o "centro" disputa hoje em melhores condições. Ao mesmo tempo procura apavorar a esquerda e diminuir a eficácia de sua ação política, já restringida pela acomodação oportunista dos reformistas. Como se pode constatar, o esquema de atuação que se propõem os grupos direitistas nada tem a ver com a histeria anti-comunista e o golpismo desesperado que aparenta.

Diante disso, o que fazem as chamadas forças do centro, hoje reunidas em torno de João Goulart? Ao perceberem as ameaças da direita assim como suas pretensões em esvaziar a solução bonapartista preparada pelo plebiscito, agem no sentido de desmoralizar o esquema dessas forças procurando diminuir a importância do seu "plano de subversão". Foi assim que o I Exército mostrou a verdadeira origem das armas apreendidas com o advogado, isto é, que foram doadas pelo Ponto IV ao Coronel Danilo Nunes, Hermes Lima vem ridicularizando os tais documentos secretos e planos subversivos, a Última Hora e jornais pró-governistas atacam a polícia de Lacerda e denunciam suas articulações golpistas assim como as de Falcão, o Itamarati já anteriormente declarara que os documentos nada tinham de subversivos. E assim por diante as forças governistas procuram impedir que os lanterneiros espalhem o pânico na opinião pública, no momento em que a burguesia procura tranquilidade para impor sua solução.

Quais os objetivos do "centro" ao tomar tais atitudes? Eis o que não

se tem esclarecido à opinião pública brasileira. O que pretendem ao esvaziar o esquema direitista é esvaziar aqueles que sempre foram um aliado incômodo e inoportuno. Para tal, obtêm o apoio da opinião pública e da esquerda reformista sempre disposta a correr atrás da burguesia, principalmente quando esta lhe acena com o perigo da ameaça direitista. E' exatamente o que Jango procura fazer neste momento. Depois da esmagadora vitória do plebiscito encontra-se de mãos livres para grandes cartadas. A primeira é derrotar definitivamente o grupo direitista e enquadrá-lo no seu esquema como uma oposição bem comportada. A segunda será investir contra seus aliados esquerdistas da véspera sempre desarmados e sempre desarmando o proletariado brasileiro através dessas alianças espúrias. Veremos assim a política de austeridade tendo livre curso para realizar os objetivos da classe dominante brasileira e conter as manifestações econômicas e políticas da classe operária. Outro papel não representam os elementos "esquerdistas" do atual ministério.

Ao fortalecer João Goulart na luta contra o grupo direitista a esquerda reformista comete dois erros fundamentais. Em primeiro lugar deixa intacta a força do grupo direitista, pois o centro só pretende derrotá-lo e não destruí-lo como é de interesse do proletariado, com o objetivo de enquadrá-lo no seu esquema. Em segundo lugar, a eterna concepção

reboquista de fortalecer um grupo para derrotar outro sempre leva ao próprio enfraquecimento. Assim, ao fortalecer o centro enfraquece-se a esquerda permitindo a Jango e seus asseclas voltar-se contra ela, tendo inclusive em suas mãos o plano Cohen que a direita hoje sustenta. Neste momento, não se vexarão em descobrir verdadeiras ameaças e perigos naquilo que hoje ridicularizam. Com mais esta lição que os próprios fatos nos trazem esperamos que um número cada vez maior de militantes de esquerda compreenda os erros e os perigos do reboquismo e do oportunismo.

O verdadeiro papel da esquerda neste momento é tomar posição independente fortalecendo-se orgânicamente e preparando as massas para combater com suas próprias forças as investidas tanto da direita como do centro e suas sutilezas. Não é se escorando na burguesia e em suas expressões aparentemente liberais que deteremos os avanços da direita e prepararemos os operários e camponeses para as grandes lutas que deverão travar contra os envolvimento e a força econômica, política e militar da burguesia. Cabe-nos mobilizar todas as forças políticas de que dispusermos para derrotar a onda direitista.

Na vanguarda dessa luta, aceitaremos inclusive o apoio dos setores centristas, denunciando sua frouxidão diante da direita e exigindo uma política mais conseqüente diante de suas provocações.

# OS AVENTUREIROS

A crise que atravessa hoje no Brasil o movimento camponês pode ser entendida como uma crise de crescimento. Iniciado há 7 anos em Pernambuco por Francisco Julião, o movimento caracterizou-se em sua primeira fase pela agitação pura e simples do problema da terra. O avanço do capitalismo brasileiro sem uma correspondente transformação das relações de produção no campo criava condições extremamente propícias a este tipo de trabalho. Não tardaria porém que a própria evolução do movimento passasse a exigir uma atividade mais sistemática de organização do campesinato e sua vinculação ao movimento de massa da cidade.

Sem compreender as tarefas que esta evolução colocava e apenas sentindo que seu campo de trabalho se esgotava, Julião e seus amigos viram-se arrastados para o sul do país onde corria o mito de suas façanhas, pensando repeti-las.

Entre as forças que se dispuseram a colaborar com eles e efetivamente o fizeram, destacou-se a Política Operária, que cedo porém constatou as limitações do grupo nordestino. O personalismo de Julião e daqueles por ele ungidos marcava todo o movimento e alimentava a excessiva vaidade do seu líder. A atuação empirista, destituída de qualquer preocupação teórica, aliava-se ao vênio pela conspiração e pelos órgãos fantasmas e dava ao movimento um caráter de cúpula que lhe retirava toda possibilidade de uma efetiva organização das massas. O absoluto desprezo pelo papel político da classe operária e dos assalariados agrícolas e a crença irracional em determinada forma de luta, levava-o a uma concepção aventureira

da revolução brasileira.

Participando ativamente da organização do movimento camponês no sul do país a Política Operária esteve, entretanto, sempre consciente dessas limitações e envidou seus esforços para superá-los. Em seu jornal e em sua atividade prática preconizou incansavelmente a necessidade de se colocar o movimento em outras bases dando-se organicidade e mostrou a importância da formação de uma vanguarda autenticamente camponesa assim como da extensão do movimento aos assalariados rurais; bateu-se pela constituição de uma frente de classes que integrasse os trabalhadores da cidade e do campo, sob a liderança da classe operária e defendeu a tese de que era absolutamente necessário dar-se ao movimento camponês uma orientação política de cunho marxista-leninista. A Carta Aberta que vai publicada em outra parte deste número representa demonstração inequívoca dessa colaboração e crítica.

Os inevitáveis fracassos do aventureirismo, a desorganização do movimento e a decomposição decorrente de sua linha empirista levaram Julião e seus amigos a uma apressada tentativa de formar um organismo político capaz de lhes dar cobertura. Surgiu assim o Movimento Radical Tiradentes marcado desde o início por todos os vícios que o originaram. E ainda uma vez a Política Operária procurou através de sua participação e da sua crítica orientar corretamente o novo passo que se tentava. Os erros cometidos, entretanto, acumulavam-se no MRT. e levaram-no à luta



interna, ao esfacelamento e à dissolução. Desmoronado esse castelo de areia, instalou-se o pânico nas hostes de Julião, que insucessos posteriores viriam agravar. O desespero, o medo e o sentimento de derrota fizeram então com que Julião e seus amigos investissem às cegas contra tudo e contra todos. Pela posição crítica que assumira antes do desastre e pelas condições de que dispõe para dele retirar os ensinamentos necessários, foi a Política Operária o alvo escolhido para o primeiro ataque. Insultos gratuitos, acusações infundadas e ridículas e mesmo a calúnia substituíram a capacidade de auto-crítica e deram vazão ao primarismo político. O número de 25 de dezembro do jornal "Liga" nos dá um triste exemplo de quão baixo se pode

cair quando o despreparo teórico e o aventureirismo tomam o lugar do socialismo científico e da prática revolucionária.

Para Política Operária isto representa a pá de cal em toda uma fase do movimento camponês. Termina aqui a irresponsabilidade, a ausência de organização, os messianismos, o carreirismo e todos esses vícios que caracterizaram a idade infantil do movimento camponês. Expurgado de seus falsos profetas, este poderá agora dar um passo à frente e evoluir da pura agitação para a fase de organização revolucionária.

Política Operária saberá levar adiante essa tarefa unida às forças conseqüentes da esquerda.

**LEIAM:**

**«QUAIS SAO OS INIMIGOS DO POVO?»**

**TEOTÔNIO JÚNIOR**

**EDITORA CIV. BRASILEIRA**

**«QUEM DARÁ O GOLPE NO BRASIL?»**

**WANDERLEY GUILHERME**

**ED. CIV. BRASILEIRA**

**À venda nas principais Livrarias do País**

# O Plebiscito: Um «Não» às Esquerdas

J. PEDRO XAVIER

Como em todos os outros acontecimentos políticos que vimos vivendo, também na campanha do plebiscito a Velha Esquerda brasileira engajou-se como mero apêndice da política burguesa. Com a pretensão de "radicalizar" as posições do centro burguês, mais uma vez a Velha Esquerda ofereceu-lhe uma cobertura ideológica popular. Como sempre tem acontecido ultimamente, mais uma vez participa-se de uma frente-única com um setor das classes dominantes para, logo após, declarar-se a "traição" desse autor. Mais uma vez declara-se estar obrigando a burguesia a lutar conseqüentemente contra o imperialismo e o latifúndio, para, logo após, lamentar-se sua conciliação. Como se nós não tivéssemos o instrumental científico do marxismo para prevermos os limites naturais de cada classe social.

Mas, se o reformismo já de há muito vem se negando a traçar para a luta proletária um caminho próprio, é hoje que essa política torna-se mais perniciosa que nunca. Porque as sucessivas crises econômicas e políticas que têm abalado o regime acabaram por fazer nascer no capitalismo nacional a consciência da necessidade de um programa reformista para superar — por vias institucionais — alguns dos principais pontos de estrangulamento do sistema. Esse programa se exprime na variada gama de planos governamentais e projetos parlamentares de "reformas de base", alimentado agora pela política econômica do imperialismo da "Aliança para o Progresso". O ano de 1963 apresenta-se, por isso, decisivo para a burguesia. Trata-se urgentemente de combater as crescentes condições revolucionárias do país, através da estabilização monetária, aumento da produtividade agrícola, satisfação de algumas reivindicações de caráter capitalista dos camponeses, etc, além do indispensável fortalecimento do aparelho político estatal para evitar novas crises e ganhar a confiança do imperialismo. A concretização dessa política reformista só tem sido adiada devido às divisões internas da burguesia,

ao receio delas tomarem um impulso próprio revolucionário e à impossibilidade de se encontrar planos capitalistas de transformações estruturais que resolvam realmente os principais problemas das massas.

Cabe agora uma pergunta: podem os revolucionários aproveitar-se da vaga reformista da burguesia? Sim, naturalmente. Não só podem, como são obrigados a fazê-lo, pois a política revolucionária do operariado é feita não nas nuvens mas sobre as condições sociais existentes. A necessidade de transformações estruturais não é um problema particular da burguesia mas sim de todo o sistema; a possibilidade ou não da burguesia de promover essas transformações decide de sua continuidade como classe dominante. Sendo as "reformas de base" uma necessidade geral do sistema, uma classe que se propõe à tomada do poder não pode, em hipótese alguma, abster-se de participar de sua solução. O que se deve discutir, portanto, não é o aproveitamento ou não das necessidades reformistas da burguesia, mas sim a forma desse aproveitamento. Enquanto os reformistas do campo operário propõe um apoio aos planos de reforma da burguesia, os revolucionários mostram a necessidade da elaboração de um programa operário socialista de transformações sociais. E a elaboração desse programa não depende apenas, é claro, de ótimas cabeças marxistas. Um programa independente do operariado depende de uma organização independente e de uma política independente. A negação em preparar-se o proletariado para suas próprias reivindicações históricas, a fuga ao desmascaramento do caráter mistificador das bandeiras burguesas, a ajuda à circulação das idéias burguesas no meio operário é que têm impedido o desenvolvimento do proletariado como força política própria. E sua inexistência como força política própria é que permite sempre à burguesia abandonar seu incômodo parceiro assim que necessário.

Desta forma, quando os reformistas, devido à fraqueza política atual do operariado e à possibilidade de se aproveitar as necessidades reformistas da burguesia, apoiam os planos burgueses, permitem que esses planos ganhem as massas, mobilizam as massas para eles, entregam a liderança do processo à "fração progressista" da burguesia, eles justamente deixam de aproveitar essa onda reformista para o proletariado. Pois, em primeiro lugar, não se elaborando planos operários, não se canaliza todo o potencial político do operariado, só plenamente aproveitável para suas próprias reivindicações. Em segundo lugar, aceitando a liderança da burguesia, aceita-se antecipadamente os limites burgueses das reformas. O papel que aí cabe aos revolucionários é, por um lado, acusar em toda a sua agudeza os problemas fundamentais a que a própria burguesia

já é obrigada a se referir; por outro lado, desmistificar os planos e a liderança burguesas e forjar, no processo de luta, a vanguarda e o programa revolucionários.

Só a ausência de um programa operário pode explicar o apoio da Velha Esquerda e sindicatos à campanha governamental do plebiscito. Pois o reforço do poder presidencial nem de longe pode ser concebido como reivindicação passível de unidade do operariado com a burguesia. A volta ao presidencialismo é hoje, premissa necessária não para uma luta mais conseqüente contra o imperialismo, como quis fazer ver a propaganda oportunista. A volta ao presidencialismo é premissa política justamente para efetivação do plano reformista da "Aliança para o Progresso". Trata-se de reforçar o poder central para, não apenas quebrar as resistências internas no seio das classes dominantes, mas principalmente assegurar-se os limites das reformas, impedi-las de ganhar um sentido revolucionário, barrar a participação das massas no processo.

O apoio, assim, da Esquerda ao fortalecimento do centro burguês, sem qualquer possibilidade de participação ou controle do poder, significa entregar docemente às classes dominantes o instrumento necessário para sua estabilização no poder.

Justamente a necessidade de estimular o desenvolvimento da consciência e organização próprias do proletariado é que levou POLÍTICA OPERÁRIA a se empenhar na tarefa de repudiar a opção colocada pelo plebiscito. E dizer — como fazia o manifesto distribuído ao lado de outras forças conseqüentes — que "parlamentarismo ou presidencialismo, numa sociedade de oprimidos e opressores, representa sempre o domínio dos poderosos", mostrando quais os verdadeiros problemas do povo brasileiro. Porque a política própria do operariado hoje é, fundamentalmente, mostrar que há uma solução socialista para o Brasil, ganhando outras camadas populares para essa solução. Por isso, trata-se, para nós, de desmoralizar o fundo e a forma das falsas soluções burguesas. Só através dessa luta política própria — a uma vez ideológica e organizatória — o proletariado ganhará a hegemonia do processo revolucionário brasileiro no caminho do socialismo.

# A Luta Ideológica no Brasil

FREDERICO VOGT

## I — TEMAS DA IDEOLOGIA BURGUESA ATUAL.

**Vemos florescerem no Brasil de hoje as formulações e estudos sobre os problemas sociais. Há uma sede de livros que tratem tais assuntos. O que revela as graves responsabilidades que sente o homem brasileiro, particularmente a juventude, diante dos destinos de seu país. Há uma consciência generalizada da essência social do homem e da necessidade de que seja ele comandado por si mesmo e não por forças a ele estranhas. E' nessas situações que os vários grupos políticos e as várias tendências vêm-se na necessidade de se lançar com mais clareza na arena intelectual. Assim, esclarecem-se muitas idéias e objetivos até então escondidos dos olhos do público.**

A luta ideológica é o resultado deste confronto de idéias. Seu sentido é o de esclarecer posições e abrir caminho na senda das dificuldades teóricas que toda formulação política tem. Ela se trava em vários níveis: no do método de análise, cuja definição muito importa para se apreender corretamente a realidade; na teoria econômico-social, cujas categorias fundamentais permitem oferecer um panorama determinado da realidade que é a base de todo o fenômeno político; na linha política retirada das análises e diagnósticos da estrutura e da conjuntura nacional e internacional e, por fim, aquele ponto que é crucial porque é o resultado da correção em todos os níveis anteriores: a justa tática da luta política.

O resultado, portanto da luta ideológica quando bem conduzida — isto é, através de um método correto de análise, uma justa concepção da realidade sócio-econômica e da linha e tática política a serem seguidas — é a correta orientação para a luta política. Há no Brasil uma vasta tradição de empirismo político que nos tem levado aos paroxismos em que nos encontramos. No empirismo, a direção se faz às cegas e temos visto os seus resultados desastrosos. "Sem teoria revolucionária não há prática revolucionária". Teoria e prática estão intimamente relacionadas. E' a prática social e individual que leva à teoria e esta se faz em função dessa prática. Mas não no sentido estreito do pragmatismo. Entende-se por teoria para a prática um efetivo conhecimento científico da realidade, sem concessões aos interesses imediatos de tal ou tal grupo político. A teoria não anda a reboque da prática como vem se querendo fazer crer neste país justificar o reboquismo político de certas organizações e certos grupos. A teoria tem compromissos com a verdade científica da qual parte e que é o único instrumento de efetiva orientação da luta política. Não será com "slogans" ou meras repetições de

estudos alheios que se orientará corretamente o movimento revolucionário brasileiro.

O que pretendemos neste conjunto de artigos que hoje iniciamos é, de um lado, abordar os principais temas da ideologia burguesa que tem exercido grande influência nas massas brasileiras e nas lideranças de esquerda. Logo depois, passaremos a analisar os principais erros de concepção da própria esquerda brasileira. Devemos então criticar em primeiro lugar a aliança com a burguesia, assentada numa falsa concepção das contradições da sociedade brasileira. Logo depois teremos de criticar o "solidarismo" dos cristãos revolucionários, nova forma de hegelianismo que vem agora influenciar os jovens brasileiros desviando-os de uma concepção correta do fenômeno social. Por fim, caberá fazer a crítica do aventureirismo de esquerda que se resume na revolução a qualquer preço, muito influenciado pelos aspectos exteriores e episódicos da revolução cubana. Com este plano de trabalho creio que poderemos abordar de maneira sintética os principais aspectos da ideologia viva do Brasil de nossos dias.

#### **Fundamentos materiais da ideologia burguesa no Brasil.**

E' essencial, para se compreender as características atuais da ideologia burguesa no Brasil, levar em conta o desenvolvimento recente da classe dominante brasileira. Nos últimos anos, consolidou-se o desenvolvimento industrial do país através da instalação da indústria de base em alta escala. Esse desenvolvimento se fez através de uma aliança estreita com o capital estrangeiro. Mas disto resultou uma contradição: de um lado, a burguesia brasileira se fortaleceu do ponto de vista de sua base material, de outro, tornou-se mais dependente do imperialismo internacional do ponto de vista político. Por fim, o desenvolvimento provocou uma nova fase do capitalismo brasileiro em que se consolidou uma alta burguesia com ramificações em todos os setores da economia e com necessidades crescentes de acumulação de capital. Os reflexos dessas transformações na ideologia burguesa se concentram sobretudo na sua necessidade atual de se voltar mais ostensivamente contra as classes populares em detrimento portanto de suas contradições com o setor agrário-exportador. Setor que tanto criticou, muitas vezes com correção científica, pois lhe interessava conhecê-lo para poder melhor combatê-lo, no que pouco tinha a escamotear já que a história estava do seu lado, como então classe revolucionária. O fato da ideologia burguesa entrar numa fase defensiva

não significa contudo que não tenha ainda caminhos próprios a propor para o povo brasileiro. Em primeiro lugar, apesar de estar consolidada no poder, não derrotou completamente o latifúndio e o comércio exportador, restando-lhe a realizar tarefas propriamente burguesas de sua revolução. Mesmo dentro de sua própria classe tem de enfrentar duas tendências econômicas e políticas. De um lado, tem de derrubar o liberalismo estabilizador que propõe simplesmente um programa de estabilização monetária como solução para o país, além de crer ainda possível diminuir a participação do Estado na economia. Paradoxalmente, é este setor que, sendo o mais retrógrado, defende a solução da ditadura, particularmente militar, à qual a burguesia só recorre em último caso. De outro lado, precisa ela combater a tendência do desenvolvimento "de qualquer maneira", cuja conseqüência política é um liberalismo excessivo para a classe burguesa e que permite o prolongamento das pressões dos vários grupos sociais que se defendem do processo inflacionário. Este grupo desconhece, contudo o período de crise já em andamento. Procurando se situar entre essas duas posições, a classe burguesa procurará formular, através de seus teóricos e propagandistas, e aliás já vem formulando, um conjunto de teses que expresse sua consciência de classe. Quais suas características é o que tentaremos responder nos próximos tópicos.

### **Marxismo, verdade incompleta!**

O pensamento burguês dos nossos dias já não toma uma atitude ostensiva contra o marxismo. Impossibilitado de discutir honestamente as teses fundamentais do socialismo científico, recorre a vários subterfúgios que podemos arrolar da seguinte maneira:

a) A simplificação caricaturada ou a deturpação pura e simples. Vemos assim Marx transformado num determinista econômico, defensor da tese de uma depauperização absoluta do trabalhador e, aliás o que é mais grave, prevendo uma queda do salário, vemos Marx prevendo uma crise final do capitalismo, vêmo-lo afirmar o fim das contradições no comunismo etc. A partir de certos pretensos erros do marxismo fala-se sempre num novo revisionismo. Mas principalmente, no nosso caso, porque Marx não conheceu o subdesenvolvimento, este é um argumento definitivo contra o marxismo para esses críticos Marqueses de Maricá. Lênin não deixou de ser marxista porque estudou o imperialismo



que Marx não estudara, nem Luckáks deixou de sê-lo porque clarificou o problema da ideologia, nem Mão-Tsé-Tung porque estudou com mais objetividade as contradições e a sua aplicação na tática política, nem por fim, Paul Baran deixou de ser marxista ao formular a mais válida análise do subdesenvolvimento que se conhece.

b) o outro recurso que se vem adotando com muita voga nos nossos meios "científicos" é o da simples escamoteação do marxismo sem precisar criticar mesmo o seu próprio conteúdo científico. É o que faz Raymond Aron que, como francês, diz que o marxismo só é aplicável nos países subdesenvolvidos; outros, restringem-no aos países desenvolvidos já que Marx se baseou na Inglaterra; como Rostow, que afirma o fracasso do marxismo no campo; outros às sociedades onde a classe média é levada ao revolucionarismo profissional, como Hélio Jaguaribe; outros enfim, com mais audácia, afirmam que o marxismo se limita às "sociedades fechadas" como o campo brasileiro se a burguesia não resolver o problema agrário e isto é o que diz tranquilamente o sr. Celso Furtado, sem nenhum vexame. E assim vemos grassar na terra fértil da ignorância brasileira os mais absurdos condicionamentos para a validade do marxismo, como se ele fosse não uma ciência mas uma receita qualquer de revoluções.

### **O planejamento econômico.**

O planejamento perdeu sua origem subversiva. Foi mesmo santificado de tal maneira que nada mais tem a ver com seu sentido original. Hoje, pretende-se que seja uma técnica neutra aplicável em todos os regimes sociais e políticos possíveis. Mas o que se pretende é realmente confundir, pois aquilo do que realmente se fala é de programas ou políticas econômicas bastante limitadas. O seu sentido é o de fazer avançar o processo de desenvolvimento dentro dos marcos capitalistas. E como o verdadeiro planejamento mostrou a todo o mundo seus resultados positivos, o que se pretende, ao usar a mesma palavra para designar fenômenos tão diversos, é acenar com os mesmos resultados para o Brasil.

A atual fase de expansão das forças produtivas na Europa, esquecendo-se evidentemente a queda no crescimento norte-americano da qual pouco ou nada se fala, é usada como modelo de uma sociedade de "bem-estar social" que se promete para o país. Acena-se inclusive para a eliminação das classes nesta sociedade, sem explicar as constantes greves, os partidos comunistas e outros fenômenos estranhos dessas

sociedades sem classe e de "bem-estar social". O que se quer de fato, e é o que a burguesia necessita para superar **o atual estágio do desenvolvimento** capitalista sem transformações **radicais**, é **expandir o consumo** e **a renda** assalariada para dar vazão à produção industrial que não tem mercado e está na impossibilidade de usar plenamente o seu parque industrial.

### **O plano de estabilização.**

Mas para se atingir este pretendido estado de bem-estar social teremos que fazer alguns sacrifícios... O mais importante deles é a fase de estabilização monetária, apesar de que se pretenda regulá-la e atenuá-la com um plano de desenvolvimento. A inflação no seu atual estágio é já um entrave ao desenvolvimento burguês no país. Isto já gritam aos quatro ventos todos os representantes conscientes da classe dominante brasileira. Mas tem-se de preparar a intelectualidade e o público brasileiro para sofrer as agruras da estabilização tais como o congelamento de salários, a "trégua" salarial que os jornais governistas já pedem, a restrição do crédito, os impostos indiretos, a supressão dos subsídios cambiais, as dispensas do funcionalismo e a contenção das despesas do Estado. O "Jornal do Brasil" diz com clareza exemplar quais são os objetivos da burguesia brasileira (11-12-62): "que a tese pragmática (e não, graças a Deus, ideológica) do **desenvolvimento econômico com estabilização progressiva** se transforme em realidade. Uma realidade que vai **exigir sacrifícios de todos** (isto é, dos trabalhadores, nota do autor) e não apenas de alguns."

### **A ideologia da autoridade**

Do ponto de vista político o que se pretende é um governo aparentemente acima das classes, para superar esta fase de possíveis agitações crescentes. O bonapartismo exigirá um líder popular, com a penetração de um João Goulart, nos meios sindicais para controlar e neutralizar a onda de reivindicações populares. Como realizar as transformações sócio-econômicas que o avanço burguês exige sem esse governo aparentemente popular mas profundamente burguês? Deve ele, contudo estar **sob** fiança militar, pois, em última análise, quando falha o poder do convencimento usa-se o convencimento do poder. No plano sociológico, fundamenta-se o bonapartismo com a concepção dos ideólogos oficiais de que é possível uma conciliação entre as classes, de que a força da pressão do movimento de massas será suficiente para a solução de seus problemas. Enfim, o bonapartismo se apoia na ausência de uma efetiva liderança revolucionária ligada à consciência das massas.

Somente escudada em tal solução política vitoriosa, poderá a burguesia brasileira solucionar seus grandes problemas do avanço do capitalismo no Brasil, particularmente o problema agrário. Este é hoje in-vocado pelos ideólogos burgueses conscientes como ponto fraco do sistema, a fagulha que fará explodir o país. Nisto estamos de acordo e sabemos que a maior tarefa de um partido revolucionário no Brasil é comandar este processo num sentido revolucionário. A burguesia procura, contudo resolvê-lo, mas seus compromissos com o latifúndio, seu medo de desencadear lutas radicais no campo que possam se voltar contra ela mesma, restringem suas soluções para a questão agrária. São elas o aumento da produtividade, a assistência técnica, a taxaço, a política de colonização, a desapropriação do latifúndio improdutivo nas regiões desenvolvidas economicamente, a regulamentação dos contratos agrícolas etc. Enquanto isto os mais pretensiosos pensam mesmo em subjugar o movimento camponês na camisa de força de uma organização controlada pelo Estado, como fizeram com o movimento operário brasileiro, técnica já em decadência.

### **As soluções técnicas**

Existe, por fim, uma chave mágica para todas as crises. E' a solução técnica. O economista, o sociólogo etc. apresenta para o país os planos efetivamente salvadores. Um governo de técnicos e de comissões de planejamento salvará o país da crise que o ameaça! Não vamos tirar as razões da burguesia em confiar nos seus ideólogos e nos seus técnicos. Mas uma coisa é o que ela apresenta para o povo e outra o que vê para si. Ela sabe muito bem que soluções "técnicas" só lhe interessam quando lhe garantem o interesse. Os ideólogos burgueses, homens geralmente da classe média, procuram, contudo selar a sua sorte à sorte da burguesia, querem fazer-se seus irmãos siameses de maneira muito própria — dois corpos numa só cabeça. Mas, sobretudo a solução técnica ganha tanta vigência porque é um ótimo fundamento para o bonapartismo. As soluções técnicas, dizem eles, são neutras, estão acima das classes e dos seus interesses imediatos.

O combate à ideologia burguesa no Brasil não deve, contudo se restringir à denúncia de suas formulações teóricas e do caráter de classe das suas soluções práticas. Deve inclusive apontar para a atuação de massas que neste momento só tem como superar os esquemas burgueses através de uma vigorosa política de classe. Somente

através da denúncia e da ação reivindicatória independente poderá o proletariado des-

mascarar a burguesia. Este o papel de uma efetiva organização da classe operária no Brasil de hoje: dirigir firmemente o proletariado e todo o povo brasileiro para uma ação independente que impossibilite a aplicação do esquema bonapartista, defenda todo o povo dos novos ataques e perseguições que virá sofrer se este esquema for aplicado, dirigir através da aliança dos trabalhadores da cidade e do campo a revolução agrária e encaminhar firmemente a crise brasileira para uma solução revolucionária. O papel da luta ideológica é, portanto, o de desmascarar os ideólogos burgueses assim como aqueles que, dizendo-se defensores da classe operária, não a alertam para a sua missão histórica e a entregam indefesa ao esquema de exploração e dominação da burguesia. E' o que veremos nos próximos artigos: de como o proletariado brasileiro foi deseducando em todo um longo período, o que nos explica porque, mais uma vez, está sendo apanhado de surpresa e desarmado em plena crise social e política do país.

# O PAPEL DAS ESQUERDAS NO BRASIL

LUIZ CAYO

**"Um elemento de êxito os trabalhadores possuem — número; mas os números só pesam na balança quando unidos pela associação e encabeçados pelo conhecimento" — Marx: "Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores" .**

Para se determinar o papel das esquerdas, isto é, as tarefas que lhes cabem na presente fase do processo brasileiro, torna-se necessário analisar a situação em que se encontram e as causas que a condicionam.

**1. As esquerdas brasileiras caracterizam-se, em nossos dias, por sua insuficiência teórica, pelas lutas ideológicas que travam entre si, pela proliferação de pequenos grupos em seu interior e por sua desorganização partidária.**

**a) Insuficiência teórica** — Esta característica das esquerdas acusa-se na incapacidade que demonstram para definir com precisão a fase que atravessa, atualmente, o processo brasileiro e, conseqüentemente, as tarefas que aí lhes incumbem. Transparece, também, no dogmatismo e no esquematismo de vários de seus grupos, assim como na inexistência ou no baixo nível das discussões teóricas que estes mantêm internamente ou entre si. Observa-se, finalmente, na despreparação da maioria de seus quadros e na carência de um trabalho interno para obviar esse inconveniente. Tal insuficiência estimula, em suas fileiras, desvios como o oportunismo e o aventureirismo, entendido o primeiro como a atuação política sem diretrizes próprias, efetuada ao sabor de circunstâncias ensejadas espontaneamente pela marcha do processo político e a reboque,

portanto, dos grupos ou classes que desenvolvem uma ação deliberada em vista de seus objetivos específicos; e o segundo, como a atuação política irracional, sem base no conhecimento objetivo das condições em que se processa, e, antes, orientada, subjetivamente, pelo desejo que têm seus condutores de que as coisas se passassem de uma determinada maneira — que não corresponde, necessariamente, à maneira real pela qual elas se passam.

b) **Conflito ideológico** — A existência desses dois desvios de atuação gerou, de poucos anos para cá, um processo de discussão ideológica dentro da esquerda, que se desenvolve, de um lado, entre os setores que sustentam as referidas tendências e, de outro, entre esses setores e os grupos que os combatem com base num esforço de apreensão da dialética marxista e de sua aplicação à realidade nacional. Essa discussão — ainda muito incipiente e que só agora transcende o terreno dos princípios para atingir o campo da estratégia política efetiva — resente-se da insuficiência teórica que caracteriza toda a esquerda brasileira, mas representa, simultaneamente, uma tendência a sua superação, na medida em que retira ao marxismo o caráter de dogma que vinha revestindo, repõe em questão os esquemas de interpretação da realidade brasileira e as formulações táticas que a eles correspondem, e força o trabalho de elevação do nível teórico dos quadros, visando a dotá-los de melhores instrumentos de argumentação.

c) **Proliferação dos pequenos grupos** — Ao degelo teórico que descrevemos corresponde, na prática, a formação de novos grupos de esquerda, que afloram continuamente a superfície da vida política, com maior ou menor prazo de vida. Essa proliferação de pequenos grupos — para a qual concorre o referido conflito ideológico, cujas discussões levam a uma maior difusão das teses de esquerda e sensibilizam áreas cada vez mais amplas — realiza-se através de duas formas: pela cisão de organizações já existentes e pela constituição de grupos novos, e resulta das opções que o debate coloca a indivíduos ou setores de organizações mais antigas e a jovens que despertam para a atuação revolucionária. Apresentando características extremamente fluídas e mutáveis, o quadro das esquerdas brasileiras indica a existência de um fator positivo — a fermentação efetiva que tem lugar no corpo social — e exprime uma tendência constante do movimento revolucionário à desagregação e à unificação. A unidade do movimento revolucionário é, com efeito, algo que está sempre em processo, que há de ser sempre feita e refeita no curso da luta num esforço contínuo de superação das influências centrífugas surgidas de sua própria base social.

**d) Desorganização partidária** — Consequência dos fenômenos acima descritos, a desorganização partidária das esquerdas reage sobre eles, agravando sua incidência. O sinal mais evidente que dela temos é o declínio do Partido Comunista Brasileiro, após o período áureo do pós-guerra, e que se manifesta pela tendência à redução de seus efetivos e pela diminuição de sua influência eleitoral, além de traduzir-se, também, na queda de seu prestígio ideológico em favor de posições como o nacionalismo e o reformismo social. Outros sinais podem, ainda, ser destacados, como sejam: o surgimento de frentes e movimentos para-classistas, geralmente de duração efêmera e nem sempre nascidos por influência direta da esquerda, embora fujam sempre ao seu controle sistemático — como o movimento pela legalidade (61), o movimento janista e a Frente de Libertação Nacional; a atuação autônoma das organizações sindicais, profissionais e estudantis na condução dos movimentos de massa, isoladamente ou através de organismos de coordenação; as greves políticas e a conotação política assumida freqüentemente pelas greves econômicas — mantidos, porém, os dois tipos de parede sob responsabilidade exclusiva dos sindicatos e organizações interessadas, sem participação direta dos partidos. Todos esses fenômenos refletem, em última análise, a ausência de uma direção firme da ação de massas no país, fato que leva os organismos classistas existentes a assumir o seu comando — o que não gera só fracassos no plano político, e o conseqüente enfraquecimento das forças por eles atingidas, como também impede que essas massas articulem-se em autêntica luta de classes, orientada conscientemente para a tomada do poder. Por outro lado, tais fenômenos traduzem o inconformismo das massas frente às condições de vida impostas pela dominação burguesa e revelam a pujança do movimento popular — campo propício, portanto, para uma atuação partidária de esquerda, capaz de abrir às massas uma perspectiva revolucionária e de conduzi-las à sua concretização.

**2. A situação atual das esquerdas resulta de um complexo de causas, entre as quais se distinguem causas internas e externas ao processo brasileiro, principalmente as tendências policêntricas do comunismo internacional, o clima social gerado pela evolução econômica, o colapso do monopólio do marxismo exercido pelo PCB, a descontinuidade do movimento revolucionário e o caráter "popular" da expansão burguesa,**

**a) Tendências policêntricas no movimento comunista mundial —**



O crescimento do bloco socialista, no após-guerra, levando-o a englobar países de diferentes estruturas econômico-social, possuidores de tradição revolucionária distinta e confrontados a problemáticas peculiares, suscitou variações específicas em sua maneira de aplicar a teoria marxista e minou as condições que sustentavam a direção centralizada do movimento comunista. Tal fato tornou-se irreversível depois que a União Soviética, atendendo às necessidades ali criadas por quarenta anos de revolução socialista, iniciou o processo de desestalinização e agravou-se à medida que se desenvolvia o processo da Revolução chinesa. O conflito ideológico daí resultante iria assumir plena significação para o movimento revolucionário latino-americano por intermédio da Revolução cubana e do trânsito por ela percorrido do fidelismo ao marxismo-leninismo. A influência de Cuba exerceu-se em várias direções, destacando-se as seguintes: destruindo velhos mitos que entravavam o movimento latino-americano (como, por exemplo, o de sua impossibilidade prática em virtude da proximidade dos Estados Unidos, ou o da exigência de uma ação conjugada de classes, com papel destacado para as burguesias nacionais), colocou perante as esquerdas e as massas do continente o problema da conquista do poder político; radicalizou as posições de todas as classes em relação ao imperialismo norte-americano, forçando o acumpliciamento ostensivo da burguesia de vários países com os grupos imperialistas ou ampliando as brechas entre ambos, ao mesmo tempo em que desnudava para as massas o caráter brutal da espoliação imperialista; destruiu a idéia de *chasse gardée* que os Estados Unidos emprestavam à América Latina, liquidando a Doutrina Monroe e deslocando o hemisfério para o centro do conflito entre o mundo capitalista e o mundo socialista; rasgou para a esquerda novas perspectivas de ação, independentemente dos organismos tradicionais, dos às vezes esclerosados partidos comunistas latino-americanos; reabilitou o marxismo-leninismo no continente, liquidando os preconceitos que o davam como incompatível com a situação econômica, as tradições, o temperamento, etc, dos povos hemisféricos; inaugurou um novo centro de ação e elaboração marxista no conjunto do comunismo mundial, centro este diretamente ligado à situação e às necessidades do movimento revolucionário latino-americano.

b) **Clima social gerado pela evolução econômica** — Qualquer processo de industrialização introduz elementos de grave perturbação na vida social, pelas modificações que acarreta nas posições relativas dos grupos e classes que dele participam, pela intensificação dos desequilíbrios entre o meio urbano e rural e pelas deslocamentos de contingentes populacionais que engendra. Em país subdesenvolvido, as marcadas características

agrárias da estrutura existente agravam tais perturbações. Quando, finalmente, a industrialização se faz em moldes capitalistas, os aspectos que assumem a acumulação e a concentração de capital dão margem a que ela se acompanhe de intensa espoliação das massas e de grandes desequilíbrios na maneira como dela participam os grupos beneficiários. Na medida em que a industrialização brasileira apresenta todas essas características, compreende-se que a inquietação social do país cresça na razão direta do desenvolvimento do processo, gerando um clima de reivindicações econômicas e de crises políticas cada vez mais acentuado, e que só se atenua enquanto o sistema encontra-se em plena expansão. Do momento em que as perspectivas de expansão se reduzem, prenunciando uma queda nos níveis de produção e trabalho, cessa a ação do fator que dificultava o agravamento das lutas sociais. No Brasil, desde 1959, entramos nessa segunda fase, que se refletiu imediatamente no movimento de massas, intensificando e aguçando as greves (fato sensível a partir da greve da paridade, no Rio de Janeiro, em fins de 1960), as aspirações de reforma social e as crises políticas. Esses fatos repercutiam no setor da esquerda, que passou a apresentar um dinamismo novo.

c) **Colapso do monopólio do marxismo** — Exercendo na esquerda o monopólio do marxismo e adotando, desde 1945, uma orientação marcadamente oportunista, o PCB acabara por constituir-se em entrave para o movimento revolucionário no Brasil. Essa situação só vai ser alterada a partir de 1960, ao começaram a surgir, no cenário de esquerda, os novos grupos marxistas, resultando esse fato, por um lado, das condições objetivas que acabamos de referir, e, por outro lado, da ação dos fatores externos, apresentados na parte referente à evolução do comunismo mundial. O colapso do monopólio ideológico exercido pelo PCB acelerou a desorganização reinante nos meios da esquerda, mas permitiu um retorno às fontes marxistas, criando condições para que a esquerda reencontre o leito revolucionário que seu curso abandonara.

d) **Descontinuidade do movimento revolucionário** — Golpeado em 35, com o fracasso da revolta comunista; em 37, com a instauração do regime policial do Estado Novo; em 47, com a passagem do PCB à ilegalidade; e em 61, quando, adotando oficialmente nova orientação, viu-se a direção do PCB forçada a impedir a discussão interna (o que levou à condenação pura e simples dos métodos anteriores, à falta de interesse na formação teórica dos quadros, etc.) — o movimento revolucionário brasileiro tem-se desenvolvido de modo descontínuo e sofrido a incidência sistemática de hiatos entre as várias gerações que dele participaram.

Perde-se, assim, vasto cabedal de experiência prática, dificulta-se a acumulação de posições concretas obtidas no processo de luta e não se prove à elaboração de uma tradição revolucionária que oriente as novas gerações que chegam ao limiar da ação política. Estas, pelo contrário, são continuamente forçadas a redescobrir por si mesmas postulações teóricas, métodos de ação e a própria realidade brasileira, num esforço penoso que dificulta o avanço do movimento revolucionário, ao mesmo tempo que incita à indisciplina partidária.

e) **Caráter "popular" da expansão burguesa** — A expansão capitalista cria, necessariamente, maiores oportunidades de emprego, eleva o padrão de consumo das massas e promove um clima de euforia, respirado, momentaneamente, pela maior parte da sociedade. Isso explica que, enquanto se mantém essa expansão, o grosso das reivindicações das classes possa ser contido nos quadros do próprio sistema, que se mostra capaz, em termos relativos, de prover ao seu atendimento. Observa-se, ainda, que a classe antiburguesa por excelência, que é o operariado, além de encontrar margem para melhorar sua situação econômica, é continuamente renovada pela inclusão de elementos de origem camponesa, para os quais a simples transferência do campo para a fábrica já representa sensível melhoria. Tudo isso confere à revolução burguesa, nessa etapa, caráter eminentemente "popular", isto é, dá-lhe a possibilidade de aparecer como um processo que interessa a todo o povo, e isola os grupos reacionários vinculados à estrutura pré-existente. E' claro, por outro lado, que a burguesia explora deliberadamente esse estado de coisas, procurando acentuá-lo através do exercício de sua dominação ideológica, que é tanto mais efetiva quanto menos capaz é a esquerda de utilizar as contradições do sistema capitalista para, sobre elas, assentar as bases de uma verdadeira luta de classe. Mesmo o conflito com o imperialismo

— de que a esquerda reformista lança, hoje, mão, de modo quase exclusivo, ao dirigir-se às massas — permite à burguesia executar suas manobras de envolvimento, visto que ela própria está sempre a chocar-se contra grupos imperialistas, num esforço, não para eliminar sua participação na economia nacional, mas para ajustar essa participação aos seus interesses de classe. Pode, assim, a burguesia confundir o antagonismo radical das massas trabalhadoras frente à espoliação imperialista com os choques de interesse que trava com grupos imperialistas, colocando aquele a serviço destes e privando a esquerda de uma de suas principais armas de trabalho político. Toda essa situação, todavia, torna-se cada vez menos sustentável, à medida que avança o processo capitalista e se aproxima a fase de saturação referida na alínea b. A partir de então, a burguesia vê-se forçada a colocar seus interesses em plano exclusivo e realiza com dificuldade crescente concessões às demais classes, ao mesmo tempo em que tem de intensificar sua luta com aquelas forças que dificultam sua expansão. E' dentro de um quadro assim, quando a burguesia enfrenta dificuldades econômicas, sociais e políticas de toda ordem, e encontra cada vez menos possibilidade de exercer seu controle material e ideológico sobre as massas, que as esquerdas vêm abrir-se diante delas vasto campo de manobras e configurar-se o momento de pôr em xeque a dominação burguesa. Somente podem fazê-lo, entretanto, se desempenham corretamente as tarefas que a situação histórica coloca. Determinar essas tarefas eis a primeira de todas elas.

**3. As tarefas da esquerda revolucionária, na atual fase do processo brasileiro, dizem respeito à elaboração teórica, à formulação de uma linha política conseqüente e a problemas de organização interna.**

**a) Análise teórica da realidade brasileira** — A peculiaridade das

classes revolucionárias reside em que, ao invés das demais, cujos objetivos e interesses podem ser atingidos, e satisfeitos, dentro do sistema existente, a plena afirmação de seus interesses só se pode dar pela supressão desse sistema. Nessa perspectiva, enquanto as classes não revolucionárias se podem ir realizando ao longo da marcha normal do sistema (o qual, desenvolvendo-se, cria condições para que seus interesses sejam atendidos), as classes revolucionárias devem conhecer exatamente o processo da evolução das estruturas em que estão contidas, discernir suas contradições e fraquezas, a fim de poderem precipitar-lhes a liquidação — condição indispensável para a afirmação de sua realidade de classe. Se descuidam desse aspecto, tais classes tendem a lutar pela satisfação de seus interesses dentro de um sistema que exclui essa satisfação — é isso o oportunismo — ou são tentadas a postular a liquidação pura e simples do sistema, sem atentar para sua capacidade de resistência — e nisso consiste o aventureirismo de esquerda. A vanguarda consciente do proletariado, que é como se define a esquerda revolucionária, não pode incorrer nesses desvios e não dispõe para isso de outro meio senão o conhecimento preciso do campo em que atua, obtido pela interpretação correta da realidade que vive, de seus fundamentos e de suas tendências. Tem para isso um poderoso instrumento — o marxismo-leninismo, entendido antes de tudo como um método de análise — e conta com excelentes pontos de referência nos ensinamentos históricos proporcionados pela aplicação do método marxista aos processos de luta de classe de outras nações. Para atender, pois, a essa necessidade, de analisar e interpretar objetivamente a realidade, de modo a formular corretamente sua linha de atuação, a esquerda revolucionária brasileira terá de desenvolver intensa atividade de formação de quadros e elevação de seu nível teórico, sem perder nunca de vista que o trabalho teórico tem de estar sempre vinculado ao trabalho prático.

**b) Formulação de uma estratégia e de uma tática revolucionária:**

Situada dentro dos marcos do regime capitalista, o maior problema da esquerda revolucionária é o de fazer avançar essa revolução sem perder de vista o seu objetivo final, que é a construção do socialismo no Brasil. Participar das batalhas travadas pelas massas e procurar orientá-las para a vitória, sem cair no oportunismo; e imprimir-lhes cunho revolucionário, sem incorrer no sectarismo — esta é a grande tarefa que incumbe à esquerda na ação prática. E utilizando toda luta concreta para radicalizar as reivindicações ali contidas, de modo a encostar à burguesia à parede, denunciar o sistema de exploração burguesa e assumir a iniciativa das ações — é assim procedendo que a esquerda transforma

o movimento de massas em luta de classe e lança as bases para as ações revolucionárias de grande envergadura. Por outro lado, é utilizando o movimento de massas para elevar o nível de consciência do proletariado, por meio de uma atividade constante de agitação e propaganda revolucionária, e para organizá-lo, que a esquerda cria condições efetivas para a vitória das ações de envergadura que o futuro reserva. Travar as batalhas com o proletariado, dar-lhe no curso da luta consciência de classe e organizá-lo — tal é a maneira pela qual a esquerda faz avançar o processo capitalista e prepara a revolução socialista. Esta revolução estará próxima no momento em que dispusermos, no Brasil, de uma aliança operário-camponesa, de uma frente de classe sólidamente organizada e dirigida, capaz de constituir-se no suporte concreto para a tomada revolucionária do poder.

**c) A tarefa de organização das forças revolucionárias** — A participação e liderança dos movimentos de massas e a constituição de aliança operário-camponesa não poderão ser realizadas por grupos isolados, mas por intermédio de uma soma de esforços devidamente coordenada. É, pois, organizando-se e equipando-se para atender a essa exigência que a esquerda revolucionária estará criando o instrumento de que necessita o proletariado brasileiro para lançar-se à arena política como força independente, capaz de defender seus interesses. Através dessa organização, a esquerda revolucionária obviará aquelas características que dificultam atualmente sua atuação prática, e criará melhores condições para o trabalho teórico que o momento está exigindo. Por outro lado, tal organização exercerá efeito catalisador dentro de toda a esquerda, estabelecendo nítida diferenciação entre os que visam ou não à concretização da revolução socialista, e polarizando em torno de si as forças úteis ao processo, dentro de uma frente de esquerdas de caráter mais amplo, na qual a liderança caberá, de fato e de direito, à esquerda revolucionária.

Unificando a esquerda e integrando as forças populares na aliança operário-camponesa, a esquerda revolucionária terá forjado as condições para que se transforme revolucionariamente a sociedade brasileira e se postule em termos concretos a instauração do Brasil Socialista.

# APONTAMENTOS SOBRE A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

A. Pinto

1. O fenômeno que caracteriza o processo histórico brasileiro, nos últimos dois séculos, é a crescente concentração de capital, representado pela exploração monocultora latifundiária e pelos investimentos industriais. Esse fenômeno é reflexo, na América Latina, da concentração de capital que se opera em todo o mundo, como consequência da Revolução Industrial; o mercantilismo e a expansão colonialista têm exigências que, em relação aos países latino-americanos, se traduzem, inicialmente, pela necessidade de controle de regiões fornecedoras de matérias primas e, mais recentemente, pela necessidade de expansão dos mercados consumidores de produtos industrializados.

2. A partir da segunda metade do século passado, a necessidade, experimentada pelos países em fase de industrialização, de expandir simultaneamente seus mercados fornecedores consumidores leva, no Brasil, à substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado: inicia-se, então, o processo histórico de formação e ascensão da burguesia ao poder. A burguesia brasileira, que começa a assumir os mecanismos de controle econômico, social e político do país, disputa-os ao grupo até então dominante, constituído pelos proprietários de latifúndios. Essa fase inicial de configuração e consciencialização de uma burguesia cidadina, em contraposição a uma aristocracia rural, caracteriza boa parte do final do século passado e as duas primeiras décadas deste século — mais exatamente a fase que vai das primeiras medidas de liquidação da escravatura até a guerra de 1914. Enquanto isso ocorre, desenvolvem-se no plano internacional, cada vez mais rapidamente, os países industrializados, de maneira a dar origem ao aspecto mais monopolista do sistema capitalista, que é o imperialismo. A expansão imperialista dos países europeus e dos Estados Unidos exige, por sua vez, cada vez mais, um mercado fornecedor de matérias primas, dócil às oscilações de preço impostas pelo sistema cartelizado dos grandes importadores, e, ao mesmo tempo, um mercado consumidor de produtos manufaturados, capaz de dar vazão aos excessos de produção, que resultem das condições inerentes à produção capitalista e, também, do crescimento demográfico que se verifica em escala mundial.

3. A guerra de 1914 consolida ainda mais a burguesia brasileira e dá origem aos diversos tipos de concentração capitalista que a impulsionam: industrial, mercantil, financeira; ao mesmo tempo, enfraquece o grupo de proprietários rurais, na medida em que

se vinha esboçando desde a substituição das relações de trabalho escravo pelas de trabalho assalariado: o proletariado.

4. Esse é o quadro brasileiro ao eclodir a primeira grande crise internacional do capitalismo, em 1929. Simultaneamente, aguçavam-se, no interior do país, as contradições entre as duas camadas sociais que se disputavam o poder — a classe latifundiária e a alta e média burguesias industriais — e enfraqueciam-se, no plano das relações externas, os proprietários de terras. A burguesia formula, então, para si, pela primeira vez de modo conseqüente, o problema de assumir inteiramente os mecanismos de controle, e procura apossar-se do poder político. É a Revolução de 1930.

5. Embora enfraquecido, o poder dos proprietários de latifúndios ainda era grande, e a tomada do poder pela burguesia não se faz de forma pura: a revolução de 1930 constitui uma solução de compromisso entre os dois grupos dominantes, compromisso que já se vinha delineando desde o Império e definira-se melhor durante a I República. O equilíbrio inicial da solução de compromisso entre burguesia e senhores da terra dura dois anos, rompendo-se com a contra-revolução de 32, quando os segundos tentam retomar à burguesia as parcelas do poder que com ela estavam compartilhando.

6. O período que se segue, vencida a contra-revolução, é não mais o de um duplo compromisso, mas o de um compromisso triplo: na esfera de poder, havia surgido um novo elemento, que são as massas populares. Tanto a revolução de 1930 quanto a contra-revolução de 1932 haviam apelado, em larga escala, para a participação das massas populares urbanas, a essa altura numerosas pela intensificação, nas grandes cidades, da industrialização e dos serviços. Embora ainda sem caráter definido de classe, as massas encontram expressão na estrutura do poder burguês através de sucessivas e contínuas concessões obtidas por meio de uma radicalização das reivindicações, já orientadas que estas se encontram por pequenos grupos ideologicamente definidos de esquerda e pela ação sindical influenciada pelos anarquistas europeus.

7. A intensificação das reivindicações, de que o levante de 1935 é uma demonstração, cria um problema para a burguesia industrial: necessitando consolidar-se no poder, e já enfrentando graves transtornos graças à frente de luta aberta com a aristocracia rural, não pode ela permitir que se abram, aos seus flancos, novas frentes, representadas quer pelas reivindicações proletárias das grandes cidades, quer pelas reivindicações ideológicas de alguns setores de classe média, que se expressam em movimentos de tipo fascista. Assim, refletindo a mesma preocupação das burguesias de alguns países industrializados da Europa — como Alemanha e Itália — a burguesia brasileira procura estancar a necessidade de fazer concessões ao proletariado. Para isso, criar um Estado de fato, em que



concessões mínimas ao proletariado e à classe média são incorporadas, mas pelo qual se mune de instrumentos de controle que impeçam essas mesmas classes de continuar reivindicando. É o golpe de 37, com a instauração do Estado Novo. O surgimento de Estados fortes semelhantes na Europa, por essa época, permite ao Brasil manter a solução de equilíbrio comprometido entre as classes, até a destruição militar e econômica daqueles Estados, em 1945.

8. Enquanto isso ocorria na esfera política, a guerra engendrava, na esfera econômica, um desenvolvimento intenso, ainda que caótico, da indústria brasileira, acompanhado de especulações financeiras que estimulam o desenvolvimento comercial, imobiliário e bancário. Um relativo progresso nas condições de vida, como resultado aleatório e remoto desse desenvolvimento, permite o aumento gradual da taxa de crescimento demográfico, e a década de 50 encontra um delineamento que, em linhas gerais, é o seguinte: de um lado, ocupando o poder político e econômico, a alta burguesia industrial, financeira e comercial, inteiramente comprometida e fundida com a aristocracia rural, mas tentando consolidar-se no poder através de um processo de torpedeamento econômico e ideológico daqueles setores de proprietários de terras ainda refratários à industrialização. Nesse sentido, essa burguesia, pelas mesmas razões comprometida com o imperialismo, representa, na esfera latino-americana, a evolução de um país agrário para um país neo-capitalista. E, de outro lado, grandes massas populares, que se traduzem em três setores distintos, com características mais ou menos definidas: os operários das grandes cidades, influenciados pelas organizações de esquerda e pelos sindicatos, lutando por reivindicações imediatas que lhes permitam atenuar o empobrecimento real provocado pelo ônus do desenvolvimento industrial que sobre eles pesa; setores intermediários entre essa classe e a burguesia, que se debatem, econômica e ideologicamente, procurando soluções imediatistas e geralmente de caráter individualista que atenuem o processo de proletarização de que são vítimas; um terceiro setor, representado pelos trabalhadores assalariados das empresas capitalistas no campo, pelos co-proprietários de pequenas glebas, que desenvolvem atividades de subsistência, pelos colonos, e pelos habitantes rurais desempregados; esse terceiro setor, que representa mais de 60% da população brasileira, composto de numerosos tipos de membros das classes dominadas, mas tem em comum a característica de viver completamente espoliado pelo latifúndio e, em conseqüência, em condições precárias de vida.

9. A década de 50 e os dois primeiros anos da década de 60 mostram algumas modificações importantes no comportamento econômico da alta burguesia. Necessitada de

mercado interno para seus produtos, e tendendo sempre para a concentração monopolista, é ela obrigada a apoiar-se, cada vez mais em dois pontos: de um lado, as reformas de estrutura, que permitam um desafogamento das condições de vida das camadas populares e, com isso, a ampliação relativa do poder aquisitivo dos mercados consumidores internos; de outro, o capital estrangeiro e os empréstimos governamentais externos. Politicamente esse comportamento leva, às vezes, a alguns choques de caráter partidário com as classes rurais, e, quando se faz necessário, a repressões de caráter violento contra as pretensões populares consideradas perigosas. A burguesia, comprometida com o capital estrangeiro, com os latifundiários, com setores da classe média e com algumas reivindicações proletárias, apela para medidas contraditórias e sucessivas nas esferas ideológica, financeira, política, econômica. Assim, adota uma série de medidas cambiais destinadas a proteger a indústria contra o latifúndio, mas (sem poder prescindir da exportação de produtos agrícolas, que lhe garantem divisas) desenvolve, ao mesmo tempo, uma política creditícia de amparo ao latifúndio contra a concorrência internacional no mercado mundial; a fim de permitir maior incremento industrial, lança mão da inflação e dos empréstimos, e elabora uma ideologia "desenvolvimentista", que lhe permite aceitar até a idéia de "revisões agrárias", que outra coisa não são que uma abertura para a expansão do capitalismo no campo e consolidação do mercado interno; inicia, finalmente, um processo de revisão de sua política externa, visando à atender às suas necessidades de expansão no mercado mundial, e pleitear, junto aos grupos imperialistas, novo tipo de compromisso, que lhe seja mais favorável (sem esquecer o efeito positivo que essa política exerce internamente) .

10. Este quadro, ligeiramente esboçado, parece indicar que a revolução burguesa está-se consolidando rapidamente e marcando, com sua característica de exploração da mais valia, todo o Estado e a sociedade brasileira de nossos dias. A contradição inerente ao processo é que, ao mesmo tempo, está ele provocando o aparecimento de uma classe operária e de um campesinato cada vez mais proletarizados e distantes do poder econômico, social e político. Essa própria condição, que une, no nível dos interesses, dois grupos populacionais tão diferentes em suas características, representa o elemento novo no processo burguês brasileiro e abre-lhe perspectivas revolucionárias, na medida em que essas classes forem levadas a lutar por soluções anticapitalistas globais e radicais. O processo de conscientização da classe operária, do campesinato e de certos setores da classe média já se iniciou, e tem sido reforçado pela situação política da América Latina, onde a Revolução cubana polarizou as posições ideológicas em forças imperialistas e anti-imperialistas e pôs em xeque as burguesias nacionais. O caráter de possibilidade de uma revolução socialista, na presente conjuntura brasileira, deve ser acentuado, a fim de que não leve ao engano fatal de que ela já se iniciou, e também para educar as classes proletárias quanto ao seu papel no processo de forjar a história.

Essa é a missão que incumbe à esquerda revolucionária, em sua qualidade de vanguarda consciente do proletariado, e que ela não poderá levar a cabo sem definir, antes, com precisão, as tarefas que tem a cumprir, neste momento, e os instrumentos de que poderá servir-se para o seu desempenho.

**Breve nas Livrarias: “O Caminho da  
Revolução Brasileira”**

**Moniz Bandeira**

**Editora Melso**

**“O Imperialismo e a Economia Mundial”**

**N. BUKARIN**

**Editora Melso**

# Coexistência Pacífica e Luta de Classes

EURICO LINHARES

Com a suspensão do bloqueio ianque parece afastado o perigo imediato que pairava contra Cuba. O *statu-quo* nas Caraíbas, isto é, a existência da revolução cubana, foi assegurado temporariamente e o povo e o governo da Ilha podem dedicar-se novamente às tarefas internas.

O imperialismo se amarró as mãos com as declarações de não intervenção de Kennedy. Não tenhamos ilusões, entretanto. O perigo imediato foi afastado, mas o latente continua. O que assistimos presentemente não é outra coisa senão um intervalo entre dois "rounds" de uma luta em que os dois blocos adversários concordam tacitamente em não usar armas suicidas. Ambos os lados procurarão mudar o *statu-quo* com os recursos da guerra fria, alterar as relações de força a seu favor, para enfrentar o próximo choque aberto em condições mais favoráveis .

Tudo indica que será o imperialismo que tomará a iniciativa para isso, pois a mera existência de Cuba Revolucionária é uma constante ameaça ao seu domínio no continente.

A forma sob a qual Kennedy reafirmou as garantias de não-inter-venção, dadas pela primeira vez na Nota de 27 de outubro, mostra que Washington conscientemente deixou uma porta aberta, que lhe permitisse voltar ao ataque, quando julgar ter chegado a hora. Declarou Kennedy, por ocasião da suspensão do bloqueio, após Havana ter concordado com a remoção dos aviões "Ilyuchin": "*De nossa parte, se as armas ofensivas forem eliminadas e se for conseguida uma inspeção adequada, e se **Cuba não for empregada como base ofensiva para a propagação do comunismo, haverá paz nas Caraíbas***".

A ressalva da "propagação do comunismo", evidentemente, não é feita gratuitamente. Ela será lembrada na hora em que os Estados Unidos julgarem mudadas as relações de forças e assim se sentirem libertados dos compromissos tomados. E' essa a forma sob a qual a chamada "coexistência pacífica" se realiza, não só nas Caraíbas (onde é pouco pacífica), mas em escala mundial.

No caso concreto de Cuba, a mudança do *statu-quo* não depende; somente das relações entre as Grandes Potências: União Soviética e Estados Unidos. Dependerá, talvez mais diretamente, do desenrolar das lutas de classe em todo o continente, pois a revolução

cubana surgiu e existe como vanguarda da revolução latino-americana, com a qual o seu futuro é inseparavelmente ligado. Um enfraquecimento das forças revolucionárias no continente reforça automaticamente a pressão imperialista contra a Ilha, um ascenso das massas coloca o imperialismo na defensiva. Um aguçamento das lutas de classe e um reforço palpável do movimento revolucionário nas cidades e no campo representam, portanto, uma condição indispensável para o crescimento do apoio das massas latino-americanas à revolução cubana.

Vemos, aqui, portanto, dois fatores que se empenham a favor da revolução cubana. De um lado, os recursos materiais do campo socialista, no qual se destacam agora mesmo o potencial militar e a pressão diplomática da União Soviética. De outro, as massas exploradas do continente que se lançam na defesa da revolução cubana na medida em que tomam consciência de classe e cuja única arma é a luta de classes.

Seria o caso de supor que esses dois fatores se completam mutuamente, pois trata-se de duas forças que lutam contra o mesmo inimigo — o imperialismo — e pelo mesmo objetivo — o socialismo no mundo. Na prática, essa coordenação das forças não se dá, todavia, sem atritos e contradições e as discussões em torno do caso cubano são um novo caso de teste para um reexame das relações entre os países socialistas e o movimento revolucionário no mundo capitalista, na luta comum.

O primeiro atrito é criado pela tentativa de um governo socialista impor a sua tática na luta contra o imperialismo ao conjunto das forças revolucionárias, que lutam em condições totalmente diferentes. Voltando ao caso cubano, encontramos uma análise de Boris Ponomarev, do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, publicada no "Pravda", que procura tirar as lições da crise. (Usamos uma versão da "AFP"). Veremos as conclusões a que chega.

Ponomarev começa exaltando o governo soviético, por ter salvo a paz e evitado a guerra termo-nuclear. Poderíamos deixar de lado esse argumento duvidoso, destinado a impressionar a opinião pública pequeno-burguesa na Europa e nos Estados Unidos (os resultados são igualmente duvidosos) mas acontece que a exaltação pacífica não se limita a isso. Dirigindo-se ao movimento operário propriamente dito, Ponomarev repete a batida tese de que a revolução social nos países capitalistas pode agora ser feita por meios pacíficos. "Os dirigentes que esquecem, ou que ignoram a existência dessas possibilidades pacíficas não fazem senão frear o desenvolvimento do processo revolucionário", diz o articulista.

E porque a razão de ser, nos dias de hoje, daquelas "possibilidades pacíficas revolucionárias", as mesmas que já provocaram o sarcasmo de Lênin e de toda uma

geração de marxistas nos dias áureos em que vivia e pregava Bernstein? Ponomarev nos antecipa a resposta a essa pergunta. E' por causa da "coexistência pacífica".

Quem põe em dúvida as possibilidades pacíficas da revolução é acusado de sabotar a política da Coexistência Pacífica da União Soviética, é acusado de querer empurrar a humanidade para a guerra termo-nuclear.

A coexistência pacífica aparece hoje como a preocupação Número Um da política externa soviética. O que significa isso na prática?

Significa, obviamente, que os dois sistemas sociais deste Globo são obrigados a coexistir, a não ser que entrem em choque aberto, em guerra. Pregar a coexistência pacífica não significa outra coisa senão assegurar ao regime adverso que não se cogita de usar a guerra "quente" como meio de luta na disputa dos dois sistemas. Pois é claro — e isso os dirigentes soviéticos não negaram — a longo prazo, a luta tem de terminar com a vitória de um sistema sobre o outro. O próprio Krucht-chev disse aos americanos, durante a sua visita aos Estados Unidos: "Seus netos viverão sob o socialismo..."

Trata-se, portanto, de um argumento a ser usado de governo para governo, de um país socialista a um país burguês. Isto é, faz parte da **linguagem diplomática**, da troca de notas e demais gentilezas de um Ministério do Exterior, que países socialistas são obrigados a sustentar enquanto forem minoria neste mundo.

Como todos os argumentos diplomáticos, sua importância não deve ser superestimada. Eles variam com o tempo e as necessidades e só servem de cobertura para fatores materiais. Ter-se evitado uma guerra nuclear até hoje, deve-se antes de tudo ao fato de a União Soviética ter construído um potente arsenal de foguetes e cabeças nucleares, que ameaçam os centros dos países imperialistas.

Se, entretanto, um governo socialista usa a mesma linguagem da "coexistência pacífica" no trato com as massas exploradas, as classes oprimidas do mundo imperialista, o argumento deixa nessas circunstâncias de ser diplomático e se torna **ideológico**. Com quem é que a classe operária e seu movimento revolucionário nos países capitalistas devem coexistir? Com o campo socialista? Isso seria uma redundância, pois eles são aliados na luta pelo socialismo. Então, com a sua própria burguesia e com o imperialismo? Isso é a renúncia à revolução e a auto-limitação a um mero movimento de reformas. Mas é exatamente o que Ponomarev recomenda na prática.

Não pretendemos fazer do camarada Ponomarev um bode expiatório. Ele fala em nome do C. C. do poderoso Partido soviético, cuja política ele defende. A tese por ele defendida

não é nova. Enfrentamos aqui uma variante do neo-reformismo staliniano, que já foi abalado em vida do próprio Stalin pela revolução chinesa e, posteriormente, de novo pela revolução cubana. O que se defende é nada mais e nada menos do que a velha submissão do movimento comunista mundial à política externa da União Soviética.

No fundo, os herdeiros ainda partem das premissas do velho Stalin. O progresso da revolução mundial é idêntico à expansão do poderio soviético. Os movimentos comunistas, portanto, representam uma força auxiliar da União Soviética no mundo capitalista. E como a União Soviética aparece, em tempos de paz, no cenário internacional por intermédio da sua diplomacia, o movimento internacional está sendo forçado a levar em conta as atividades diplomáticas russas, em primeiro lugar.

Mas nós não somos diplomatas, companheiros. Ainda não fizemos a nossa revolução e a experiência mostra que nenhum dos PC's que seguiram essa política se mostraram capazes de fazer a sua revolução. Só a fizeram partidos que se rebelaram contra a linha oficial, como o chinês e o iugoslavo, ou comunistas que não estavam no partido oficial, como em Cuba.

Lênin já verificou que o oportunismo da direita e o ultra-radicalismo da esquerda se alimentam mutuamente. Como não pode deixar de ser, a acomodação soviética encontra o seu complemento no outro extremo. Se os trotskistas, da chamada IV Internacional, falam hoje de uma "guerra atômica revolucionária", eles se encontram num papel análogo ao dos anarquistas, há meio século, que não tinham perspectiva histórica para enfrentar o reformismo oficial e começaram a apelar para bombas, mais modestas então.

Mais séria, sem dúvida, é a oposição que se nota no próprio campo socialista, frente à estratégia política dos soviéticos. Mas também aqui convém andar cautelosamente nas apreciações. A China, que levanta às vezes objeções muito justas aos aspectos ideológicos da política externa soviética, inutiliza o impacto da sua argumentação pela sua atuação política prática, que igualmente tem repercussão desfavorável sobre o movimento revolucionário. Já que nós falamos em estratégia revolucionária global, temos de levar em conta os prejuízos que a recente disputa fronteiriça ainda terá sobre o movimento revolucionário na Índia e nos países vizinhos do Sudeste Asiático. Também os comunistas chineses colocam os aspectos nacionais da sua política acima das necessidades do movimento internacional. Quem paga o pato são os comunistas indianos, divididos na ocasião numa ala reformista, que apelou simplesmente para a defesa da Pátria burguesa latifundiária, e uma ala revolucionária que procurou apoio nos chineses, mas que ficou completamente desorientada com a situação criada, que atrasa a luta

revolucionária naquele país.

A crítica iugoslava, ao contrário, já vem do lado oposto. Belgrado deu muita ênfase às relações democráticas entre países socialistas, mas na prática renunciou a defender esse ponto de vista. A versão Iugoslava do "marxismo-leninismo" visa a justificar, antes de tudo, a permanência do seu país fora do bloco socialista e serve igualmente para dar cobertura ideológica à sua política externa. E' isso, apesar das divergências existentes, que as três versões do marxismo-leninismo, oferecidas por Moscou, Pequim e Belgrado, têm em comum. Trata-se de teorias influenciadas em grau maior ou menor por uma política prática, onde o elemento da política externa não é o menos importante.

Isso explica a nossa atitude crítica frente às teses oficiais. Para nós, vale ainda a máxima de Lênin. Não há teoria revolucionária sem prática revolucionária, e vice-versa.

A experiência de quase meio século de existência de países socialistas num mundo capitalista mostra que é preciso levar em conta a diversidade das condições e dos métodos de luta reinantes nos dois campos. Não há dúvida de que o proletariado no poder, constituído como classe dominante e dispondo do seu próprio Estado, tem uma visão diferente da do proletariado que ainda luta pelo poder. Mas ainda, a curto prazo, o proletariado no poder pode ter interesses próprios a defender, que temporariamente se chocam com os interesses do proletariado do mundo capitalista.

Vemos um exemplo vivo: em 1937-38 o Partido Comunista da Argélia rompeu com o partido francês e com o Comintern, porque estes, no decorrer da sua política da frente popular e da aliança com a "burguesia progressista", se negaram a apoiar a luta de independência dos argelinos. O segredo da reviravolta do comunismo oficial estava no pacto Franco-Soviético, que, aliás, falhou na hora crítica.

Outro exemplo: a política soviética na Europa, em 1945, visava a assegurar à União Soviética um máximo de segurança militar, que impedisse uma nova invasão de seu solo por forças imperialistas. Conseguiu esse intuito, mas, em troca, essa política impediu a revolução na Europa Central e Ocidental. E' evidente que, a longo prazo, não há contradições de interesses entre os países socialistas e as massas exploradas do mundo capitalista, pois ambos visam o mesmo objetivo final. Mas o característico do neo-reformismo stalinista era, em princípio, o mesmo de



## POLOP INTERNACIONAL

qualquer reformismo, o de sacrificar o objetivo final a interesses imediatos .

Não é esse o único gênero de choques de interesses que se pode dar. Igualmente pode um país, onde o proletariado já tomou o poder, querer a todo custo romper seu isolamento e solucionar suas dificuldades internas, exigindo, para isso, do movimento revolucionário nos países capitalistas, uma ofensiva, inclusive o movimento insurrecional, no momento em que as condições ainda não são maduras. Os resultados serão igualmente nefastos, pois encorajarão aventuras que atrasam o movimento no seu conjunto. Essa tendência se manifestou, às vezes, durante os primeiros anos da existência do Estado Soviético.

O que decorre dessa experiência é que toda a classe operária nacional tem de forjar o seu movimento e a sua vanguarda dentro dos padrões e tradições de seu país. Tem que aprender a resolver os seus problemas e orientar a sua luta de classe, coordenando as suas forças com as forças revolucionárias dos países vizinhos e em escala mundial. Tem que ter a liberdade de formular e defender os interesses do seu proletariado, a fim de estar apta para contribuir de fato para uma estratégia global revolucionária.

Hoje, parece ter passado definitivamente a época do chamado mo-nolitismo, quando os comunistas do mundo inteiro procuravam "falar russo". Os debates dentro do campo socialista o demonstram, embora os métodos de discussão ainda não se tenham livrado dos vícios do passado.

No mundo capitalista, aí fora, muitos que sentem falta da tutela do "velho" do Kremlin procuram ainda um substituto. Para nós, que não sentimos falta do paternalismo passado, que nunca conseguimos viver em coexistência com a burguesia, nem com o imperialismo e que nunca escondemos que travamos a luta de classe, essa questão não se coloca mais.

Para nós, trata-se de criar um partido tão marxista, tão imbuído da sua missão histórica e tão enraizado nas suas massas, como eram os partidos nos países que já fizeram a sua revolução.

# O DEVER DO REVOLUCIONÁRIO E AS DISCREPÂNCIAS ENTRE A CHINA E A URSS

Transcrevemos, abaixo, alguns trechos do discurso, que o primeiro-ministro Fidel Castro pronunciou, no encerramento do Congresso de Mulheres das Américas, realizado

O número dos que na América Latina morrem anualmente de fome ou por falta de assistência médica é bem maior que o número dos que morreriam numa luta pela libertação dos povos latino-americanos. (Aplausos). Porque a luta custou vinte mil vidas, mas as vidas que graças a ela já salvamos foram muitas vezes vinte mil! (Aplausos).

Podemos esperar e continuarão somando-se as cifras e os milhões de desgraçados, de explorados, de agonizantes, como resultado da exploração feudal, da exploração imperialista. O problema retratado pelas cifras não é para ficar no papel, figurando em quadros ou em folhetos, transportado de uma coluna para outra: é preciso encará-lo concretamente, pensar em como mudar uma tal situação! (Aplausos).

Há indivíduos peritos em manejar cifras, mas o que é preciso é ser perito em fundar a situação, peritos em conduzir os povos às revoluções (aplausos). E' a arte dos massas à luta. Porque são as massas

em Havana, e que constitui uma peça de fundamental interesse para o movimento revolucionário brasileiro.

que fazem a História, mas para que as massas façam História é preciso levá-las à luta! (Aplausos).

E esse é o dever dos dirigentes e das organizações revolucionárias: pôr em movimento as massas, lançar as massas ao combate (aplausos).

Foi o que se fez na Argélia (aplausos) . E' o que estão fazendo os patriotas do Vietnam do Sul (aplausos). Lançaram as massas à luta com métodos corretos, com tática correta. E impeliram a maior quantidade de massas possível à luta. Foi o que fizemos nós, porque quem conquistou o poder não foram os quatro, cinco, seis ou sete que um dia ficaram dispersos, mas sim o movimento de massas que a luta contra a tirania deflagrou e cujo resultado foi a vitória do povo.

E já que entramos nestas questões, há um ponto que gostaríamos de deixar bem claro de uma vez por todas. Porque uns teóricos de mesa de botequim andaram afirmando que o que houve

em Cuba foi uma passagem pacífica do capitalismo para o socialismo. Isso é o mesmo que negar que neste país tombaram milhares e milhares de combatentes; é o mesmo que negar que neste país um exército saído das entranhas do povo derrotou um exército moderno, armado e instruído pelo imperialismo ianque (aplausos); é o mesmo que negar que sobre nossos camponeses, sobre nossas cidades e povoados hajam caído bombas explosivas e incendiárias trazendo a marca "Made in USA"; é o mesmo que negar a formidável luta do nosso povo; é o mesmo que negar Praia Giron e os que lá tombaram (aplausos).

Não foi nenhuma passagem pacífica, foi uma passagem com luta — sem o que nunca teria havido passagem nenhuma em nosso país. Sem essa luta armada do povo cubano ainda teríamos talvez aqui o senhor Batista "made in USA".

Essas são as verdades históricas e cremos que, pelo menos sobre nossas verdades históricas, temos o direito de falar. Mas não damos esse direito a certos teóricos à distância que abrem a boca para dizer o que foi que aqui houve sem nunca ter vindo aqui. (Aplausos).

Não temos por que ficar sem jeito ao dizer estas coisas, nem se deve dizê-las em voz baixa, é preciso que as digamos em voz alta, para serem ouvidas e ouvidas de verdade! (Aplausos). Para serem ouvidas pelos povos, porque essas falsas interpretações da História tendem a criar um conformismo que é o que pode haver de mais conveniente para o imperialismo; tendem a criar essa resignação e esse reformismo e essa política de esperar pelas "calendas gregas" para fazer revoluções.

Essas falsas interpretações da História não combinam com a situação da imensa maioria dos países latino-americanos, onde existem condições objetivas

para a Revolução. E os imperialistas já viram com toda clareza que as condições objetivas existem. O que está faltando são condições subjetivas.

Essas condições subjetivas precisam ser criadas; e elas se criam com a verdade histórica, nunca com o falseamento da História. Não se criam essas condições subjetivas dizendo que em Cuba houve uma beatífica transformação política.

Não é por covardia, mas sim por equívoco, por uma visão errada das coisas. Não negamos a possibilidade da transformação pacífica, se bem que ainda estejamos à espera de ver acontecer um primeiro caso. Não negamos, no entanto, essa possibilidade porque não somos dogmáticos.

Compreendemos a transformação incessante das condições históricas e das circunstâncias históricas. Não negamos isso, simplesmente fazemos questão de dizer que aqui não houve transformação pacífica e protestamos quando vemos o caso de Cuba ser utilizado para confundir os revolucionários de outros países onde existem condições objetivas para a Revolução e onde pode ser feito o mesmo que foi feito aqui. (Aplausos).

Que os teóricos do imperialismo se empenhem em fazer com que não haja revoluções, nada mais lógico: estão no seu papel quando caluniam a Revolução Cubana, quando semeiam a perfídia e a mentira, quando inventam os piores horrores, quando incutem no povo o temor às revoluções. Mas que alguém, em nome de uma posição revolucionária, pretenda criar o conformismo ou o medo de revolução, isso é um absurdo.

O conformismo quem tem que pregar são os teóricos do imperialismo: os teóricos das revoluções, que preguem sem receio as revoluções! (Aplausos).

Nós pensamos assim. Foi isso o que dissemos na Declaração de Havana, declaração

que, em alguns países irmãos, recebeu, por parte de algumas organizações revolucionárias, "as honras da gaveta", quando devia ter recebido a justa divulgação que merecia. E' como se agora engavetássemos tudo o que vocês discutiam aqui. Naturalmente, se não quisermos que as massas tenham conhecimento do assunto, o melhor é engavetar mesmo. Mas se dizemos às massas que a situação é esta, então temos que dizer-lhes qual é o caminho; neste caso, o que é preciso é levá-las à luta, porque em muitos povos da América Latina esse caminho será muito mais fácil do que foi em Cuba.

Quero deixar claro — para não exasperar os teóricos — que não estamos fazendo uma generalização irresponsável; quero deixar claro que sabemos perfeitamente que cada país tem as suas condições específicas e por isso não generalizamos; dizemos: a maioria. Sabemos que há exceções, sabemos que há países onde não existem essas condições objetivas — mas existem na maioria dos países da América Latina.

Esta é a nossa opinião. Julgamos de nosso dever manifestá-la aqui, porque temos esperanças de daqui a quarenta anos, reunindo-nos outra vez como hoje — as netas de nossas federadas com as netas de todas vocês — não precisarmos tratar dos mesmos problemas. (Aplausos).

Nosso país enfrenta circunstâncias difíceis, grande riscos. Não adianta esconder a cabeça como o avestruz, é preciso ver claramente as coisas como são.

Nosso país atravessa uma etapa de riscos, de grandes perigos. Temos, por um lado, o imperialismo ianque, a potência mais agressiva, mais poderosa do imperialismo, empenhada no firme propósito de destruir esta Revolução. E, por outro lado, circunstâncias que são adver-

sas e desfavoráveis ao movimento revolucionário mundial.

Desejo dizer, em primeiro lugar, que para nós a crise do Caribe não está resolvida (aplausos). Em nossa opinião, na opinião da Direção Revolucionária de nosso país, evitou-se uma guerra, mas não se ganhou a paz — há aí uma diferença.

Acaso não persistem exatamente todas as circunstâncias que nos obrigaram a tomar as medidas que tomamos e a dar os passos que demos? Acaso não persiste a política declarada de hostilidade e agressão a nosso país de parte dos imperialistas ianques? Não acreditamos nas palavras de Kennedy — que, aliás, não deu palavra nenhuma e se a deu, já a retirou.

Razão pela qual dissemos que para nós não haveria garantias satisfatórias sem os Cinco Pontos que formulamos por ocasião daquela crise (aplausos).

Sobre essas coisas, um pouco controvertidas, um pouco sutis, é preciso que se tenha uma noção bem clara. Se se disser que nós hoje estamos aqui — ou seja, que não foi possível destruir-nos — por causa da solidariedade do campo socialista, dir-se-á uma verdade (aplausos). Mas se se disser que é por causa da palavra de Kennedy, não se estará mais dizendo uma verdade.

Mas dizia eu que nosso país enfrenta uma situação difícil, decorrente de duas circunstâncias.

Em primeiro lugar: por ser o alvo fundamental e imediato do imperialismo ianque. Em segundo lugar: devido às divisões ou discrepâncias, ou como se as queira chamar com maior ou menor otimismo, dentro do campo socialista.

Já dissemos qual é a nossa posição: nós não vamos jogar lenha na fogueira

dessas discrepâncias. Julgo que quem o fizer estará atentando contra os interesses do movimento revolucionário mundial. (Aplausos).

Frente ao imperialismo essa realidade é amarga, é dura. Nossa posição, nosso dever consiste em não jogar lenha na fogueira dessas discrepâncias, mas, sim, pelo contrário, em lutar pela unidade do campo socialista (aplausos), pela unidade dentro dos princípios e lutar por ela com métodos marxista-leninistas (aplausos).

O marxismo-leninismo é suficientemente rico em caudal ideológico e em experiências para encontrar as formas adequadas à superação dessas dificuldades, desse obstáculo; é questão de querer buscar. E creio que devemos lutar por isso, devemos lutar por essa unidade. A isso nos propomos nós, com nosso critério muito próprio. Chauvinistas? Não! Marxista-Leninistas! (Aplausos).

Porque o imperialismo existe e está aí, perigoso e opressivo; o mundo subdesenvolvido existe e está aí: o movimento libertador dos povos submetidos ao colonialismo e ao imperialismo está aí, lutam em Angola, no Vietnã do Sul, na América Latina, em toda parte do mundo e essa luta necessita de todas as forças unidas do campo socialista! (Aplausos).

E' lamentável, muito lamentável que tenham surgido estas divergências. Há que lutar contra elas, porque primeiro é preciso unir. E o que disse Marx foi: "Proletários de todos os países, uni-vos!" (Aplausos).

Marx e Engels lutaram por essa união incansavelmente, infatigavelmente durante toda a sua vida. E o que dizemos nós, nossa Direção Política, nosso Partido e nosso povo é: "Proletários de todos os países, uni-vos!" (Aplausos).

Uni-vos, frente aos inimigos de classe, frente aos inimigos imperialistas. frente aos agressores, frente aos belicistas.

Essa é a posição de nosso partido e de nosso povo, o critério de nossa Direção Nacional e nosso povo, que caminhou unido em difíceis momentos, em difíceis circunstâncias. Porque nosso povo passou por grandes provas nesses dias: provas de coragem frente à ameaça de Kennedy, frente à sua ameaça de converter-nos em alvo atômico. Garanto que os nervos deste povo se alteraram menos que os nervos dos generais do Pentágono.

Não faltaram vozes isoladas de crítica; não faltaram, é lógico, um ou outro confuso de boa fé, ou confuso de má fé, que fizesse críticas à Direção Nacional das Organizações Revolucionárias Integradas sobre a atitude de Cuba por ocasião da crise, sobre a atitude em relação à inspeção e aos vôos piratas. No entender desses, ao que parece, nós devíamos deixar-nos inspecionar, consagrando assim o direito dos imperialistas de determinar quais as armas que podemos ter e quais as que não podemos ter, fazendo assim com que este país recuasse até a época da Emenda Platt quando era o governo dos Estados Unidos quem decidia de tudo por nós.

Aceitar a inspeção teria sido concordar em prestar contas aos imperialistas ianques de que armas podíamos ter ou não ter dentro de nosso território. E isso implicava, para nós, uma questão de princípios, isso equivalia a uma renúncia de nossa soberania, isso equivalia a aceitar a inferiorização deste país diante de todos os demais Estados do mundo. E não aceitamos nem aceitaremos isso! (Aplausos).

Quem julgar que isso seja aceitável, há de julgar também que, quando eles desembarcarem, não se deve dis-

parar nem um tiro contra eles — porque é aonde se chega por esse caminho. Por caminhos como esse não chegou a Revolução ao Poder, não se defendeu a Revolução em Praia Giron — mas por outros caminhos de firmeza e de decisão de luta frente aos imperialistas.

Pensavam esses indivíduos, ao que parece, que devíamos deixar que os aviões ianques sobrevoassem, descessem em posição de ataque contra nossas baterias anti-aéreas sem que déssemos a ordem de fogo. E isso tão pouco se poderá esperar de nós nunca, o que o inimigo sempre deverá esperar de nós, quando nos agrida, há de ser o combate, ceder não cederemos nunca! (Aplausos e gritos de "Fidel, seguro, a los yanquis dales duro").

Não faltará quem diga, quem queira insinuar que somos contrários a uma política de paz. A resposta é a mesma: queremos paz com direito, com soberania e com dignidade! (Aplausos). Queremos paz sem renunciarmos a ser revolucionários, sem renunciarmos à Revolução!

Quando combatemos os invasores em Praia Giron, os que nos bombardearam, os que nos atacaram, ninguém punha em dúvida que estivéssemos defendendo a paz; quando este povo se organizou e se decidiu a lutar até o último homem ou mulher, frente aos imperialis-

tas se nos atacassem, ninguém poderá negar que estávamos defendendo a paz. A rendição ante os invasores é que é o caminho que leva à guerra ou ao avassalamento dos povos. Nós, defendendo nossa soberania e nossos direitos, defendemos a paz.

E quando falamos aos latino-americanos e lhes dizemos que há condições objetivas para a revolução, defendemos a paz. Porque, quanto mais fraco se tornar o imperialismo, menos perigoso será; quanto mais fraco o imperialismo, menos agressor será. E a libertação, o movimento libertador dos povos, enfraquece os imperialistas e os torna menos agressores, menos perigosos. A luta dos povos por sua soberania e sua independência é a luta pela paz.

Consideramos, sim, a paz como objetivo fundamental da Humanidade. Lutamos por ela trilhando os caminhos da soberania nacional, da libertação frente aos exploradores, aos imperialistas: lutando contra a exploração imperialista, lutamos pela paz (aplausos).

Somos inimigos da guerra e são os imperialistas os que impõem as guerras à Humanidade. Quanto mais fortes se sentirem eles, mais perigosos serão. E por isso, cada povo que luta por sua soberania e por sua independência, defende a paz.

# SALAZAR E A OTAN

(Do Serviço de Informação da Unidade Democrática Portuguesa)

A última resolução importante aprovada pela XVII Assembléia Geral das Nações Unidas, antes de dar por encerrados os trabalhos da sua primeira sessão, foi a condenação frontal do colonialismo português. Aprovado por 57 votos contra 14 e 18 abstenções, o documento constitui, nos seus nove itens, um verdadeiro libelo contra a guerra movida pelo fascismo português ao povo de Angola. É particularmente significativo que nenhum dos países membros da OTAN tenha votado a favor da resolução. Nove — incluindo os Estados Unidos, a Inglaterra e a França — opuseram-se ao projeto, alinhando com a ditadura portuguesa, e quatro abstiveram-se.

A grande imprensa internacional\* analisando o significado da votação, salienta que foi, sobretudo, sob pressão dos Estados Unidos que os países europeus e os domínios "brancos" da Commonwealth mudaram de posição, impedindo que fosse alcançada a maioria de dois terços, indispensável à aplicação das sanções e das demais medidas preconizadas na resolução. Foi a ansiedade pela renovação do acordo sobre "a base dos

Açores" que levou a diplomacia norte-americana, preocupada com as necessidades da nova estratégia Kennedy, a rever drasticamente a sua posição, demonstrando aos Afro-asiáticos que o princípio da autodeterminação dos povos colonizados vale para Washington menos do que uma base militar considerada importante pelo Pentágono.

O semanário britânico "New Statesman", resumindo o pensamento predominante no seio da imprensa independente, chama a atenção —o fato de Salazar preferir "o endosso público da sua política angolana pelos Estados Unidos à realização de um negócio rendoso". É bastante sintomático que poucos dias após a votação na ONU, o ministro dos Estrangeiros de Portugal e o secretário de Estado Dean Rusk tenham conferenciado em Paris, discutindo a renovação das "facilidades" concedidas aos Estados Unidos nos Açores. O encontro foi classificado de "auspicioso" por um porta-voz da delegação americana à reunião do Pacto do Atlântico, a qual se realizou simultaneamente na capital francesa.



# Argélia:

## PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Desde a sua independência a Argélia vem enfrentando graves dificuldades de ordem política, que, somando-se à enorme quantidade de problemas econômicos e sociais que o colonialismo lhe deixou generosamente por herança, contribuem para tornar ainda mais difícil a compreensão à distância do que realmente se passa na jovem República, quais os reais obstáculos que a ela se apresentam e quais os problemas que hoje se colocam para a Revolução Socialista argelina.

Dada a importância, para todos nós, militantes revolucionários, dos rumos que deverá tomar o processo revolucionário argelino, decidimos contribuir para o esclarecimento do intrincado panorama político daquele país africano, mediante a reprodução de importante documento difundido em Argel em 20 de setembro último e publicado posteriormente pelo jornal "La Voie Communiste". Trata-se da proclamação constitutiva do Partido da Revolução Socialista da Argélia.

### PROCLAMAÇÃO

Nós, militantes da ALN., da OPA e das organizações nacionais (UGTA, UGEMAUFA., Juventude da FLN.) originários de todas as regiões da Argélia, reunimo-nos para estudar a grave situação em que se debate nosso país.

Apenas dois meses após a conquista da independência e em seguida às crises sucessivas provocadas por alguns dirigentes ávidos de poder, nosso país está mergulhado na anarquia e na insegurança. Novamente, ultrajes fratricidas são ainda possíveis. O espectro da guerra civil não está completamente afastado. As liberdades elementares praticamente inexistem. A situação econômica é dramática. As massas populares, já muito sacrificadas por uma longa guerra,

sofrem o desemprego, a fome e a inquietação. Sua decepção é grande e isto não pode deixar indiferente nenhum militante revolucionário desejoso, antes de tudo, de libertar definitivamente as massas da miséria.

Esta situação tem como causa direta a falência da FLN. que, depois de ter sido a catalizadora de todas as energias populares na luta pela libertação, não pode mais pretender ser um movimento revolucionário.

Dividida por suas dissensões internas, sem ideologia precisa, repartida entre os clãs, a FLN., enquanto partido único, é incapaz de comandar com sucesso a revolução socialista.

Nascida de um golpe de força político, a equipe que se proclama "direção da FLN." mantém-se pela força



das armas e pelo apoio manifesto do estrangeiro. Seguindo uma política de acerto de contas, eliminando metódicamente os militantes revolucionários ou simplesmente suspeitos de opor-se a ela, esta equipe cerca-se de oportunistas e de fanáticos, em uma palavra, de contra-revolucionários.

Os militantes que recusam jurar-lhes fidelidade são, além disso, denegridos, sistematicamente, caluniados, intimidados quando não são presos ou feitos desaparecer. São centenas os quadros, por exemplo, que, em Constantina, foram aprisionados ou obrigados a viver na clandestinidade.

Assim, pois, esta equipe prepara o caminho para um regime policial de uma ditadura pessoal ou militar.

A ameaça lançada contra os trabalhadores aos quais a equipe no poder declara não lhes entregar nunca a força, a aliança confessada — em particular em Argel — com o capitalismo internacional, a instalação dessa equipe com a ajuda de unidades armadas, sua recusa obstinada em permitir à vontade popular de se exprimir livremente, sua intenção bem determinada de pôr em ordem as organizações nacionais, deixam prever o caráter anti-nacional, burguês e reacionário do regime que ela tenciona instaurar.

E' nosso dever afirmar resolutamente que:

1.º) A FLN se revela, daqui para diante, incapaz de congregar, organizar e orientar as massas populares no caminho do socialismo.

2.º) A equipe que se apoderou do poder não tem nem a legitimidade, nem a autoridade, nem a qualidade requeridas para se intitular "direção da revolução" e reger seus destinos.

Em conseqüência, nós decidimos:

1.º) Retirarmo-nos da FLN que não pode responder às aspirações profundas das massas populares.

2.º) Denunciar o burô político, responsável pelo sangue vertido nos departamentos de Constantina, Argel e no coração mesmo da capital, com o único fim de firmar sua autoridade.

3.º) Criar um partido de vanguarda como meio de mobilizar as energias revolucionárias em torno de um programa socialista cujas principais bases são:

— abolição da exploração do homem pelo homem;

— a propriedade coletiva dos meios de produção e a revolução agrária em benefício das massas camponesas;

— a gestão econômica e social do país pelas massas trabalhadoras;

— o poder político às mãos dos trabalhadores.

Esse partido tem por nome: Partido da Revolução Socialista (PRS).

Camponeses, Trabalhadores manuais e intelectuais, Artesãos e pequenos comerciantes, Mulheres, Estudantes, Jovens argelinos e argelinas,

Este partido é o vosso. Aderindo a ele estareis trabalhando pela realização da Revolução Socialista.

Argel, 20 de setembro de 1962.

O Comitê provisório de Coordenação

# Pela União dos Marxistas Revolucionários

Enviamos este documento aos companheiros do Partido Comunista do Brasil e do Movimento Revolucionário Tiradentes a fim de propor a realização de entendimentos para a mais ampla colaboração prática, teórica e organizativa. Nossa iniciativa deve-se a que, após estudo aprofundado das condições atuais de nossos movimentos e da realidade política do país, concluímos por uma grande identificação de pontos de vista e de atuação, que — em que pese já haveremos iniciado certa colaboração em vários setores — não justifica o afastamento em que nos encontramos.

## **Necessidade de um partido revolucionário da classe operária no Brasil de hoje**

Uma análise da realidade atual do Brasil mostra-nos, de um lado, as massas populares em processo de intensa radicalização e, de outro, um vácuo ideológico criado pela ausência de uma vanguarda revolucionária organizada. Sumariamente, poderíamos assinalar as seguintes causas para tal situação:

1. Agravamento da situação econômica, quando, após intenso processo de acumulação de capital, assistimos aos primeiros sinais de crise, com queda gradual dos índices de desenvolvimento, diminuição das taxas de investimento, e acentuação do processo revolucionário;
2. Irradiação da Revolução cubana e dos movimentos populares em toda a América Latina;
3. As crises políticas provocadas pelas lutas de facções da classe dominante .

Não temos sabido aproveitar as condições criadas por esses fatores. As últimas eleições mostraram sensível fortalecimento das posições centristas, resultante, em grande parte, da incapacidade das esquerdas, que só muito esparsamente souberam abrir perspectivas mais radicais para as massas.

E' necessário reconhecer que dois empecilhos barraram, nos últimos tempos, o avanço das esquerdas, a despeito dos fatores favoráveis a seu crescimento. De um lado, o oportunismo e o reformismo de certas organizações, que buscam sistematicamente colocar o movimento de massas a reboque da burguesia.

De outro lado, um aparente esquerdismo, que, sem se basear numa apreciação das condições objetivas da luta de classes e do grau de consciência do proletariado, rejeita os instrumentos legais de luta — inclusive eleitoral — como meios capazes de mobilizar as massas para a luta revolucionária.

Isso nos leva à constatação inequívoca de que o movimento popular brasileiro necessita, fundamentalmente, neste momento, de uma vanguarda consciente e organizada, que proponha às massas o caminho revolucionário para a tomada do poder e as oriente com firmeza nesse sentido.

### **AS TAREFAS DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO**

Os revolucionários marxistas têm, para atender a essa exigência histórica, de unificar suas forças em um só movimento, que será a base do futuro partido revolucionário da classe operária. Tal unificação, ampliando a força dos diferentes grupos que dela participaram, permitirá realizar as seguintes tarefas, fundamentais para o avanço da revolução brasileira.

#### **I — No plano das esquerdas:**

1. Unificar as esquerdas — hoje dispersas em vários partidos, grupos e facções — numa Frente de Esquerda, que crie as condições necessárias para uma efetiva política de classe. Somente tal política — e não a atual frente única com a burguesia — será capaz de conduzir a Revolução brasileira às suas últimas conseqüências, instaurando o Brasil Socialista.

2. Desenvolver e aprofundar a luta ideológica no Brasil, desmascarando as concepções burguesas, cuja real finalidade é escamotear a luta de classes. Por outro lado, criticar e vencer, no plano interno da esquerda, as concepções reformistas, que vêm conduzindo o proletariado ao reboquismo oportunista e à acomodação, denunciando também, o aventureirismo de esquerda, que isola a vanguarda revolucionária e impede o avanço da revolução proletária.

#### **II — No plano da luta de massas:**

1. Orientar a luta das massas e de suas organizações, na cidade e no campo. Para isso, será necessário levar até o fim o método leninista de "encostar a burguesia à parede", a fim de mostrar, na prática, sua incapacidade para realizar, em benefício do povo, as reformas que preconiza; e elevar progressivamente o nível reivindicatório das massas com palavras de ordem de radicalidade crescente, assim como sua consciência política, o que requer a denúncia sistemática da exploração capitalista e a pregação socialista.

2. O resultado desse trabalho será a efetivação da aliança operário-camponesa, frente única dos trabalhadores da cidade e do campo. E' essa frente única de classe que proporcionará a base social para a tomada revolucionária do poder e a implantação do regime socialista no Brasil.

A plena realização dessas tarefas não poderá dar-se sem a análise científica da realidade brasileira e do desenvolvimento da luta de classes no plano racional e internacional. Somente o marxismo-leninismo possibilita essa análise, através da aplicação criadora do método materialista dialético.

A interpretação marxista da realidade brasileira e a elaboração teórica da experiência das massas, assim como todas as tarefas que acima mencionamos, exigem a formação de quadros de elevado nível teórico, capazes de compreender e aplicar a linha política correta e de desempenhar um papel ativo junto às massas.

### POSSIBILIDADE DE UM PARTIDO REVOLUCIONÁRIO

Não cabe aqui uma rigorosa análise da esquerda no Brasil, tarefa, de resto, que iniciamos, através de nosso trabalho prático e de documentos por nós divulgados. Devemos, todavia, estabelecer uma separação fundamental dentro da esquerda, separação que reflete uma realidade prática: entre os reformistas e os revolucionários.

E' evidente que não entendemos por revolucionários os meros radicais esquerdistas. Revolucionários são os que vêm na luta anti-imperialista um aspecto da luta pelo socialismo e postulam que a liderança desta cabe aos operários e camponeses; os que não submetem o proletariado à liderança ideológica da burguesia, através da prática de um nacionalismo reformista, e procuram fazer avançar sua consciência revolucionária; os que, pela denúncia sistemática, oferecem às massas um caminho próprio no emaranhado das soluções burguesas; revolucionários, enfim, são os que concebem dentro do marxismo-leninismo a derrubada do Estado burguês pela classe operária e camponesa e formam, no seio destas, quadros marxistas-leninistas para dar-lhes uma vanguarda conseqüente.

E' tarefa, atualmente dos grupos de vanguarda unificar as forças revolucionárias. Criando um organismo forte e de posições definidas, sem sectarismos, caminharemos para essa unificação, atraindo os elementos que as compõem, estejam onde estiverem, e superaremos o estágio atual das pequenas organizações. Entre estas, três, pelo menos, têm por função levar a cabo tal tarefa: o Partido Comunista do Brasil, o Movimento Tiradentes e a Organização Revolucionária Marxista — "Política Operária". Em primeiro lugar, pela composição de seus quadros, na maioria operários, camponeses, estudantes e intelectuais. Em segundo lugar, por sua unidade de concepção sobre o caráter da Revolução brasileira. Em terceiro, pela aceitação, por parte dos três grupos, do instrumento teórico fundamental para essa Revolução, que é o marxismo-leninismo.

Em conclusão:

1. Há, realmente, no território nacional, três organizações revolucionárias que, coordenando suas forças a atividade de seus quadros e sua influência, estariam em condições de contrabalançar os efeitos do reformismo e da política de colaboração de classes. A última crise política demonstrou que elas têm essa posição comum. Formando uma Frente, um Movimento, ou o que se julgar conveniente, estarão habilitadas para dirigir-se à massa com fisionomia própria, inaugurando um fator novo na política nacional;

2. Os três grupos consideram-se marxista-leninistas e, na medida que aplicassem na prática suas posições teóricas, teriam **a longo prazo**, de encontrar-se

em um só Partido, representativo dos interesses do proletariado revolucionário e de seus aliados no campo. As divergências que ainda mantêm — e que não pretendemos negar — devem ser encaradas como parte do processo de formação do Partido e passíveis de superação em seu próprio desenvolvimento;

3. Não estamos propondo a dissolução imediata dos organismos existentes, o que seria abandonar o que já se obteve em troca de algo que ainda não se definiu. Tal atitude não fortaleceria o futuro Partido e, antes, o enfraqueceria, pois sua formação não pode ser um ato mecânico, mas sim um processo orgânico de crescimento e amadurecimento. Somente isso assegurará sua sobrevivência;

4. Uma coordenação das atividades dos três grupos seria o primeiro passo para a criação de um núcleo consciente — marxista e leninista — de uma ampla frente de massa, a ser criada na luta prática. Justamente porque tal frente não será marxista, terá ela necessidade desse núcleo para existir e atuar ativamente. Sem o núcleo marxista, a frente de massa não passará de aglomerado imediatista e amôrfico, incapaz de resistir às próprias contradições internas e passível de transviar-se na política diária pequeno-burguesa. É esse o segredo da concepção leninista de uma vanguarda nas lutas de massa;

5. A tarefa é imediata. Os dois aspectos da luta — o da formação do Partido e o da luta de massa propriamente dita — têm que ser encarados simultaneamente. Não podemos esperar que se forme um partido para ir às ruas. Não há esse "antes e depois" na dialética da luta de classes. Sem a coordenação dos três principais grupos existentes, em torno de objetivos definidos, não haverá grandes possibilidades de se mobilizarem setores decisivos do proletariado. Isoladamente, nenhum dos três organismos está em condições para isso. Sem a luta viva e a mobilização de massas, os organismos existentes não superarão suas divergências e não surgirá o Partido necessário.

### URGÊNCIA DA TAREFA

Já nos atrasamos muito nessa tarefa. Praticamente, deixamos passar a campanha eleitoral e a crise sem aproveitar nossas possibilidades, deixando campo livre aos reformistas e demagogos burgueses. Prolongar essa situação seria, de nossa parte, um crime, pois nada impede que iniciemos a obra — a não ser nós mesmos. Na questão do plebiscito, das reformas de base, etc, a esquerda revolucionária não pode omitir-se novamente.

Nosso atraso e a perda de tempo deve-se, em parte, a uma análise errada da situação. Há um ano atrás, era voz corrente que a revolução estava às portas e o receio de não se ter tempo para qualquer trabalho prolongado levou a que pouco se fizesse para penetrar no movimento de massa tradicional — como mostraram o Congresso Sindical e as greves. Hoje, já se toma consciência de que os milagres não existem e que, para se colher, é preciso antes semear.

A luta será dura e exigirá trabalho contínuo e persistente. Há que propagar uma ideologia revolucionária entre as massas, para enfrentar o reformismo. Organizar

as massas na luta diária, como escola para a batalha final. Elaborar uma estratégia política para enfrentar a estratégia da classe dominante. Estas são tarefas concretas, que só se enfrentam com quadros de militantes, nas fábricas e no campo, criando uma organização forte, uma literatura, uma imprensa.

A experiência das duas greves gerais demonstra a existência de um fator novo na política nacional — o proletariado industrial, capaz de se lançar à luta. A maneira como reagiu esse proletariado mostra, também, que não luta mais por qualquer objetivo político. As palavras de ordem do PC Brasileiro já não entusiasma mais. Mas ainda não nos fizemos presentes. Penetrar nessa massa radicalizada, mas desorientada, criar um movimento operário revolucionário no país e ligá-lo ao nascente no campo — eis hoje, a tarefa principal de qualquer movimento que se considere marxista-leninista.

PROPOMOS, para o encaminhamento dessa unificação necessária, e de grande importância para o avanço revolucionário do Brasil, a seguinte ordem de entendimentos, num período que dependerá sobretudo das condições concretas de luta e das necessidades de debate do problema:

1. Entendimento de cúpula e discussão deste documento, assim como de outros que sejam apresentados para esclarecimento do problema. Concomitantemente, preparação das bases para atuação conjunta e discussão do problema. O resultado dessa fase inicial de entendimentos e ensaios de atuação conjunta unificada seria a elaboração de um documento comum sobre a necessidade de colaboração e os caminhos da unificação.

2. Este documento seria enviado para discussão nas bases, enquanto se desenvolvesse a atuação conjunta em torno de movimentos práticos e teóricos. Seriam criados órgãos coordenadores de cúpula, a exemplo da coordenação nacional, nas várias seções regionais.

3. Após suficiente experiência de trabalho conjunto, e discussão nas bases, o documento seria reelaborado e, de acordo com as conveniências da luta, se convocaria um Congresso das três organizações e demais grupos interessados, para formação de um novo organismo.

O objetivo deste documento é chamar a atenção de nossos companheiros para a necessidade dessa colaboração. A perspectiva de realizá-la será fator de conagração de nossos quadros, de eliminação de sectarismos (na maioria das vezes, produto de desconhecimento e preconceitos mútuos) e, sobretudo, de encaminhamento do processo revolucionário brasileiro em bases mais sólidas.

Em nome da unidade das forças revolucionárias e do proletariado brasileiro, para a qual havemos de colaborar efetivamente, apresentamos aos companheiros as nossas

Saudações revolucionárias

Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1962.

# A Revolução Enciclopédica

**"A REVOLUÇÃO DO TRÓPICO".  
Vamireh Chacon. Publicação do Instituto  
Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, Rio de  
Janeiro — GB. 1962.**

Escrever uma enciclopédia nem sempre é a melhor maneira de provar nossa compreensão a respeito de um determinado problema. Na melhor das hipóteses prova apenas nossa superficial familiaridade com uma grande quantidade de assuntos. Nada temos, porém, contra esse tipo de trabalho. São dignos de todo nosso respeito aqueles que a ele se dedicam. Que dizer, no entanto, de alguém que pretendesse enfiar toda uma enciclopédia dentro de pouco mais de cem páginas? A realização dessa extraordinária proeza parece ter sido a grande ambição do autor do presente trabalho.

Apesar de seu limitado número de páginas, "A Revolução no Trópico" tem todas as características — que o próprio índice se encarrega desde logo em acentuar — de uma verdadeira enciclopédia do saber universal, cujo tema aparente é o problema do "nacionalismo" contemporâneo, ou melhor, o fenômeno atual do grande despertar histórico dos chamados povos subdesenvolvidos, que se concentram predominantemente nos Trópicos. O autor procura mostrar como esse fenômeno, apesar de não ser novo, assume em nossa época características que o tornam "uma das maiores realidades do nosso século". E conclui que o Brasil tem um grande papel a desempenhar na luta pela emancipação dos povos, não apenas porque o "nacionalismo" brasileiro vai se fortalecendo cada vez mais, como principalmente porque nosso país tem condições de liderar a referida luta, cujo objetivo final seria a realização de um "autêntico Universalismo" (pág. 118), destinado a superar a atual hegemonia de determinadas nações sobre outras e a promover uma efetiva igualdade entre elas. Como vemos, um tema bastante interessante.

Para demonstrar essa tese o autor dá as mais tortuosas voltas, percorre os caminhos mais descontraídos e levanta os mais variados problemas, desde o idealismo hegeliano até o espiritualismo hindu. Ao lado de dados estatísticos sobre a situação econômica na República do Usbequistão, nós nos deparamos com referências à música de Dvorak, aos romances de Tólstoi, à poesia de Guillén, a Marx, Chopin, Keynes, Gilberto Freire, Mao Tsé-Tung e... Plínio Salgado. E tudo isso quase na mesma página — o que, por outro lado, revela a angústia do nosso enciclopedista diante da escassez de páginas disponíveis.

A impropriedade de tal método torna-se mais patente se atentarmos para o fato de que o autor se propõe a analisar um problema histórico concreto, como o do "nacionalismo" contemporâneo. Antes de discutirmos o conteúdo mesmo das posições defendidas pelo autor — que se entremostam com uma certa dificuldade através do emaranhado de nomes e citações de que se compõe o livro — cabe assinalar apenas um defeito fundamental desse método "enciclopédico", que desde já comprometeria seriamente o alcance do trabalho, se é que o propósito do autor foi realmente o de analisar o referido problema.

A principal fonte de informações a que ele recorre para fundamentar suas análises sobre o "nacionalismo" é constituída pelas opiniões e pelos depoimentos que alguns dos protagonistas da luta pela emancipação dos países subdesenvolvidos fazem a respeito de si mesmos, de suas tarefas e propósitos e de suas preferências ideológicas. Ao invés de nos oferecer uma análise adequada ao objeto concreto que tem diante de si, o sr. VC limita-se a justapor uma infinidade de textos. Com relação à Indonésia, por exemplo, contenta-se em transcrever trechos de discursos de Sukarno e alguns outros documentos propagandísticos do Governo indonésio (pág. 49). Ao analisar o "nacionalismo" hindu apóia-se, nada mais nada menos, em uma autobiografia escrita pelo primeiro-ministro Nehru, o que o leva, como é fácil prever, a conclusões absurdas.

A importância atribuída na economia hindu à iniciativa privada, por exemplo, é explicada pela formação intelectual do sr. Nehru, pelo fato de que o primeiro-ministro declara em sua autobiografia que não se considerava uma "marxista-leninista" (pág. 21). Com relação a Gana a coisa se torna ainda mais escandalosa. Depois de traçar a biografia de Nkrumah, o autor exclama candidamente: "Apesar das leituras marxistas, Nkrumah não instalou uma Ditadura do Proletariado em Gana, nem mesmo sob as roupagens de uma Democracia Popular..." (pág. 32). Todo um processo histórico sócio-econômico passa a depender assim,



em última instância, de... leituras de juventude! Ora, as opiniões que as pessoas têm a respeito de si próprias, nem sempre refletem necessariamente a realidade objetiva. O autor parece acreditar, ao contrário, que a realidade inteira está contida nos livros e nos discursos oficiais. Para ele, tudo o que é oficial é real e tudo o que é real é oficial. Na verdade, esses depoimentos são apenas um ponto de referência, um dado da realidade e devem, portanto, ser compreendidos à luz dessa realidade, adquirindo o seu verdadeiro significado quando relacionados ao contexto global do qual não passam de uma expressão particular, limitada.

Portanto, ao contrário do que afirmáramos no início, o livro não chega a ser uma análise do "nacionalismo" contemporâneo: é, quando muito, apenas um discurso em torno das idéias dos líderes nacionalistas ou das idéias sobre o nacionalismo, uma espécie de lista telefônica, de cardápio ideológico do nacionalismo.

Quando, nos seus momentos de lucidez, o autor acorda de seu pesadelo livresco e se esquece das citações para observar a realidade objetiva, seu método continua impróprio e o alvo não é atingido, uma vez que ele se limita a descrever as ilustrações particulares que o nacionalismo possui na África, na Ásia e na América Latina. Não é dessas análises que o sr. VC retira as suas conclusões práticas, não é daí que ele extrai as suas posições políticas. Ao que tudo indica, suas conclusões antecedem toda análise da realidade e são independentes da realidade. Tanto é assim que, depois de percorrida uma longa trajetória — que vai de Kennedy a Kruchev e da "Aliança para o Progresso" às contradições no interior do bloco socialista (págs. 115, 116 e 117) — a concepção do autor a respeito do "nacionalismo" continua tão nebulosa quanto antes. E aqui é que chegamos ao ponto central do problema colocado pelo presente trabalho e que, na realidade, motivou essa resenha.

O autor, apesar da sua loquacidade, não chega a dizer claramente o que entende por "nacionalismo". Não queremos dizer que ele desconhece os variados significados que essa palavra pode adquirir, os diversos tipos de nacionalismo. Ele sabe da existência dessas diferenças, uma vez que já leu todos os livros do mundo. Chega mesmo, em várias ocasiões, a referir-se a elas explicitamente, reconhecendo a ambigüidade do termo e suas conotações perigosas, que podem desviá-lo para "extremos xenófobos" (pág. 110). Na verdade, porém, apenas registra essas diferenças, sem perceber que certas posições que ele identifica sob o rótulo vago de "nacionalismo", são absolutamente incompatíveis entre si.

Para ele, essas diferenças seriam acidentais, o que lhe permite iden-

tificar essas diversas formas, que seriam a expressão particular de uma mesma essência universal e imutável: o Nacionalismo, com N maiúsculo. Embora não conscientemente, o autor parece partir da firme convicção de que o Nacionalismo é a ideologia política do nosso século, a panacéia dos tempos modernos, a grande síntese teórico-prática que englobaria todas as posições e que permitiria o avanço da humanidade para uma nova abstração: o "Universalismo" (pág. 118). Assim, tanto a "revolução no trópico", que é um fenômeno característico do nosso século, quanto a luta pela formação das nacionalidades do século XIX, que aflorou "nas rebeliões libertadoras da Polônia e da Hungria" (pág. 7) seriam apenas duas imagens sensíveis dessa mesma idéia platônica. Uma delas seria o prolongamento da outra. O nacionalismo de hoje seria apenas o herdeiro mais amadurecido e consciente do nacionalismo espontâneo de ontem e ambos seriam frutos do mesmo tipo de culto à Nação. Não há dúvida que hoje o "nacionalismo" não se apresenta apenas como uma tentativa de afirmação da Nação, mas está relacionado com problemas bem concretos como o da exploração imperialista e do desenvolvimento econômico (pág. 122). Mas, afinal, o autor parece acreditar que esses problemas concretos não são decisivos, não são capazes por si sós de explicar o fenômeno histórico do despertar dos povos subdesenvolvidos. Senão, como compreender a sua tentativa de ir buscar as raízes históricas do nacionalismo e, no caso brasileiro, até suas raízes étnicas? Mas, será que é a essência do nacionalismo que está em jogo na luta anti-imperialista?

O "nacionalismo brasileiro", por exemplo, seria para o autor uma entidade autônoma, quase pessoal, que teria vindo à luz em 1822 e adquirido o seu atestado de maioria com o ISEB. Hoje, nós deveríamos aderir entusiasticamente a ele porque as "energias telúricas brasileiras" estão ardendo "para vir à superfície" (pág. 85). Ora, se o "nacionalismo brasileiro" é apenas uma questão de raça ou de "cultura", então está plenamente justificado que mesmo o integralismo receba os nossos cumprimentos, uma vez que o "nacionalismo" integralista, segundo a fórmula de Gilberto Freire, trouxe uma certa contribuição para o "entusiasmo de ser mestiçamente brasileiro" (pág. 84). Acontece, porém, que a partir desse momento nós nos achamos a léguas de distância da luta anti-imperialista que se trava em nosso país e da qual o autor parece um sincero partidário.

Ao falar da "missão do Brasil — que deveria "salvar" na África os "valores ocidentais" comprometidos pela colonização (Ver a "Introdução") — o autor nos dá mais uma prova da sua incapacidade de compreender

o verdadeiro problema que se coloca hoje para os países subdesenvolvidos, voltando a apelar para a questão racial. "A posição internacional do Brasil — afirma ele — em relação aos preconceitos de raça, tem sido tímida, talvez pela nossa mania de parecermos também pseudo-arianos, perdendo grandes oportunidades de liderança entre os povos de côr no mundo, condição étnica sempre ligada, no presente momento histórico, ao pauperismo e ao subdesenvolvimento" (pág. 6). Logo, o Brasil deve liderar os povos de côr, em virtude de suas afinidades étnicas com eles. Ora, de que Brasil fala o autor? Será o Brasil oficial, do sr. João Goulart, o Brasil da classe dominante, cujos representantes na ONU votam sistematicamente a favor de Portugal? Falar em "missão do Brasil" é mais uma vez lidar com abstrações, é passar por cima das diferenças de classe existentes no interior da nossa sociedade e, finalmente, é desviar a atenção para falsos problemas, que só trarão confusão desnecessária para a luta contra o imperialismo e o subdesenvolvimento .

Outro exemplo do perigo que resulta da imprecisão do autor na sua concepção do "Nacionalismo", encontra-se nos argumentos de que ele se utiliza para provar a importância desse "Nacionalismo" no mundo contemporâneo. Essa importância ele a deduz, entre outras coisas, do fato de que "não há rebeliões nacionalistas apenas do "lado de cá" do que se convencionou chamar de **cortina de ferro**. Também as há do "lado de lá", apesar de não estarem em áreas tropicais, mesmo assim merecendo atenção" (pág. 69). Na Polônia e na Iugoslávia, segundo o autor, revelam-se tendências autonomistas que bastam para provar a universalidade do nacionalismo no presente momento (1). Como equiparar, porém, essas tendências no interior do bloco soviético às lutas pela libertação nacional da Argélia e de Angola, por exemplo? Voltaríamos assim à tese lacerdistista que vê na URSS simplesmente uma tenebrosa potência imperialista sufocando barbaramente nacionalidades indefesas? Ninguém ousaria negar o fato de que na Polônia se revelam tendências para uma maior autonomia. Mas isso não prova nada a favor do "Nacionalismo", prova apenas que o fator nacional tem que ser levado em conta necessariamente, o que nem o mais delirante internacionalista se atreveria a negar. A nação, como produto histórico da luta de classes, não pode ser negligenciada, assim como o latifúndio, por exemplo. Isto significa que nós deveremos ser "latifundiaristas"?

---

(1) — O autor estuda os nacionalismos polonês e iugoslavo da pág. 68 até à pág. 82.

Não julgamos lícito proceder como o autor que coloca o mesmo rótulo vago sobre fenômenos com características tão diferentes.

Se algum mérito possui o trabalho do sr. VC, ele reside precisamente em que o livro acaba sendo uma ilustração às avessas de como somente uma concepção rigorosa e científica dos fatos, que tenha como ponto de partida a luta de classes, é capaz de explicar os principais fenômenos do mundo contemporâneo. E' exatamente por não ter compreendido isso e por ter permanecido na nebulosa noite do "nacionalismo" em que todos os gatos são pardos, que o sr. VC foi incapaz de nos dar uma análise concreta e uma contribuição para a luta anti-imperialista, como o título do seu livro e algumas de suas declarações expressas pareciam prometer, acabando por nos oferecer apenas uma salada erudita. Sua concepção vaga do "nacionalismo" a todo o momento interfere em suas análises do problema imperialista e o leva a misturar as questões. Na luta anti-imperialista ele só parece capaz de perceber o "Nacionalismo". Essa luta, porém, poderá ser reduzida apenas a uma das formas da afirmação nacional que se verificou através dos tempos?. Será essa a essência da luta anti-imperialista? E' o que os nacionalistas burgueses de todos os matizes nos querem fazer crer. Mas, justamente, esse tipo de abordagem tem por objetivo conter a luta dentro de determinados limites, impedindo que ela se desenvolva até suas últimas conseqüências. Fazer do "Nacionalismo" o aspecto decisivo e mais importante da luta anti-imperialista é parar no meio do caminho, é castrar essa luta.

S. R.

# Subdesenvolvimento e Revolução

Paulo de Castro

Editora Fundo de Cultura - 1962

Bastante importante, na verdade, é o tema sugerido pelo título do livro do sr. Paulo de Castro. E o vasto tema é tratado de forma leve e jornalística, o que serve para atrair o agrado geral dos leitores.

Mas o livro não chega a defender uma tese sobre o problema dos países subdesenvolvidos — como pode dar a parecer o seu título — e, por outro lado, não é, também, somente uma coleta de impressões das viagens do autor. As reflexões políticas do sr. Paulo de Castro aparecem de forma assistemática nos interstícios de séries de comentários puramente impressionistas sobre o "ambiente" dos locais visitados.

E essa forma semi-escondida de apresentar suas posições pode, à primeira vista, e ao leitor menos avisado, não mostrar claramente o caráter oportunista e burguês das aparentemente inocentes reflexões do defensor da "Terceira Força".

Da Revolução Cubana o autor fala de modo simpático a várias de suas conquistas. Mas a crítica — que absolutamente não é dispensável nos movimentos revolucionários — é feita não do ponto de vista das necessidades revolucionárias em todo o mundo, mas apenas transplanta, sem felicidade, as teorias da admirável marxista Rosa de Luxembourg, que bradaria violentamente contra qualquer tentativa de uma "terceira força" entre o socialismo e o capitalismo. A crítica do movimento comunista

tem que ser uma crítica do ponto de vista do comunismo; uma auto-crítica portanto.

Embora nunca vá às raízes sociais dos fenômenos estudados, não deixa de ser interessante o histórico feito do pan-americanismo e da "arquitetura jurídica criada pelos Estados Unidos para exercer com puritana honestidade de forma e certo ritualismo legalista uma hegemonia política e um domínio econômico sobre os povos da América Latina".

Mas a precariedade das perspectivas de Paulo de Castro se patenteiam ao analisar o problema alemão. Quando fala da "redemocratização" da Alemanha Ocidental e de seu desenvolvimento, percebemos que ele está falando mesmo da Alemanha oficial de Adenauer, dos democrata-cristãos e social-democratas; quer nos dar a parecer que há uma oposição radical entre o renascimento do nazismo e a atual democracia burguesa de Adenauer... A Iugoslávia, que de fato merece um estudo mais sério sobre sua tentativa de democracia operária no nível dos conselhos de empresa, não é vista, no entanto do ângulo de sua equívoca e cada vez mais nefasta política externa de embelezamento do imperialismo.

Assim, o livro do sr. Paulo de Castro, levantando, de maneira agradável, alguns dos principais problemas atuais, tem o mérito de nos mostrar que não basta a utilização de alguns aspectos da interpretação marxista nem basta a crítica da política americana, para que fiquemos numa posição revolucionária.

# Tipologia da Consciência Transcendental Polarizada

(UEE — "Caderno 1")

Abramos o "Caderno 1", da UEE de São Paulo. E' muito informativo. Por ele ficamos sabendo, de início, que há no Brasil "relações de dominação": um "polo dominante" e um "polo dominado" (o qual se identifica com o que "genericamente se chama povo brasileiro"). Mas, "diante desse processo de dominação, ao povo só cabe libertar-se dele. A sua libertação nada mais é do que um processo dialético de transformações, onde a consciência da participação histórica do povo durante o mesmo é fundamental" (pág. 8). E' preciso, pois, tomar providências, entre elas "a abolição de todas as relações de dominação" (pág. 4).

Também no setor internacional existem pólos: um dominante e um dominado; ou melhor, um desenvolvido e um subdesenvolvido. Dos subdesenvolvidos, alguns "historicamente estão enterrados até o pescoço, economicamente falando, em relação a um dos blocos (...) Como exemplos característicos, podemos citar, no bloco ocidental, a Venezuela e quase toda a América Central, a Argentina etc, e, no bloco oriental, a Bulgária, a Rumânia, a Coréia do Norte etc." (pág. 15).

O Caderno da UEE preocupa-se também com questões de educação e cultura, porque "não só a miséria material mas também a miséria intelectual gera o caos social" (pág. 23). Daí que se trate, mais avante, do problema da cultura popular, isto é, da "necessidade da formação da própria cultura popular para que a transformação da estrutura sócio-econômica do país seja feita por um povo consciente de si mesmo" (pág. 26). Mas, "como o povo brasileiro se encontra em diferentes estágios, distingue-se nele diversos modos de pensar, diversos tipos de consciência" (pág. 29).

A essa altura, o Caderno, que até então se esfalfara numa corrida febril de uma posição ideológica para outra, levanta vôo com garbo e

decisão. Encontramos então nada menos que uma tipologia da consciência do "homem brasileiro, colocado hoje numa realidade global de um país chamado Brasil" (pág. 6). Após essa apresentação, acompanhada de um esquema completo dos tipos de consciência, o Caderno encerra-se com algumas considerações sobre o "encontro dialético entre as gerações", a propósito da Reforma Universitária.

Não se trata de, com essas citações e comentários, procurar desmerecer uma iniciativa válida; é fora de dúvida a importância dessa publicação e muitas das posições que defende esse número são perfeitamente aceitáveis. Tampouco se põe em dúvida a generosidade das idéias dos autores desse primeiro número, a qual se manifesta no decorrer de todo o Caderno.

Ocorre que o Caderno da UEE apresenta-se como a manifestação do pensamento da vanguarda dos universitários paulistas; é justo então que se aponte a lamentável confusão das suas formulações; o caráter vago de suas tomadas de posição; a utilização abusiva de uma linguagem empolada e ôca; enfim, a total falta de rigor no pensamento e, por conseguinte, de consistência nas tentativas de análises concretas.

Haverá mais cadernos da UEE; muitos mais; e melhores (aliás, a própria introdução desse primeiro número chama a atenção para suas limitações). E' apenas para que nos próximos números se tenha bem em vista algumas imperfeições do primeiro que fazemos essa crítica, talvez um tanto severa na forma. De resto, desejamos uma existência longa e cheia de vitalidade para os Cadernos da UEE.

N. C.

**Cr\$ 100,00**